



# ESTADO DO AMAZONAS

# DIÁRIO OFICIAL

Manaus, segunda-feira, 25 de março de 2019

Número 33.967 • ANO CXXIV

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### COMPANHIA AGROPECUÁRIA TUPÃ ECOLÓGICA CNPJ 84.323.187/0001-54 Convocação de ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas a se reunirem em assembleia geral extraordinária, a ser realizada às 09:00h do dia 02/04/2019, em sua sede social, sita à Rodovia BR-364, KM 135, Ramal Fazenda Beleza, KM 10, Zona Rural, CEP 69.830-000, município de Lábrea/AM, a fim de tratarem da seguinte Ordem do Dia: a) leitura, discussão e votação da proposta de cancelamento do registro da companhia junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na forma da Instrução CVM nº 265/97; b) Aprovação do Edital de Oferta Pública de Ações; c) Outros assuntos de interesse social.

Lábrea, 25 de Março de 2019.

A Diretoria.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O IMED-AM - Instituto Médico de Clínica e Pediatria do Estado do Amazonas S/S LTDA, inscrito no CNPJ Nº 04.812.092/0001-65, convoca todos os sócios para uma Assembleia Geral Ordinária, no dia 26 de abril de 2019, no Auditório do CRM-AM, situado na Avenida Senador Raimundo Parente, Nº 06, Praça Walter Góes, Flores, com a primeira chamada às 18h30min, segunda chamada às 19h00 e terceira e última chamada às 19h30min, com os sócios presentes para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Apresentação do Relatório 2018 do Conselho Fiscal;
- Apresentação e Votação do Balanço Fiscal 2018.

Manaus, 21 de março de 2019.

Dr. Djalma Pinheiro Pessoa Coelho  
Diretor Presidente / IMED-AM

### SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE - SEMA PORTARIA SEMA Nº 31, DE 21 DE MARÇO DE 2019.

O Secretário de Estado do Meio Ambiente, no exercício de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.163, de 09 de março de 2015, com reestruturação organizacional estabelecida pelo Decreto nº 36.219, de 09 de setembro de 2015.

**CONSIDERANDO** a Lei Complementar nº 53, de 05 de junho de 2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC, Capítulo IV que determina a criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

**CONSIDERANDO** ainda o que consta no Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002 que regulamentou a Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 a qual institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

**CONSIDERANDO** as disposições do parágrafo único do art. 40 da Lei Estadual complementar nº 053/2007 de 05 de junho de 2007 que estabelece o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC;

**CONSIDERANDO** o Decreto Estadual nº 25.039 de 01 de junho de 2005 que cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari;

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 069/2007 que aprova o Roteiro Metodológico para a Elaboração de Plano de Gestão para as Unidades de Conservação do Estado do Amazonas;

**CONSIDERANDO**, por fim, o que consta do Processo Administrativo nº 0132.2018 – SEMA,

**RESOLVE:**

**I – APROVAR O PLANO DE GESTÃO** revisado da Unidade de Conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari (RDS de Uacari).

**II – DETERMINAR** que a revisão dos estudos e atualizações que se façam necessárias deverão ser realizadas e incorporadas ao plano de gestão por resolução publicada do conselho gestor da RDS de Uacari, observados as determinações previstas no programa de gestão.  
Esta Portaria entre em vigor na data de sua assinatura, com eficácia após sua publicação no Diário Oficial do Estado

**CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE CUMPRASE.**  
Gabinete da SEMA em Manaus, 21 de março de 2019.

Eduardo Costa Taveira  
Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA



### ITO – AM INSTITUTO DE TRAUMATO-ORTOPEDIA DO AMAZONAS S/S LTDA.

CNPJ 11.439.746/0001-12  
Av. Mário Ypiranga Monteiro nº 315 B, Edifício The Office, Sala 917, 9º  
Andar – Adrianópolis  
CEP 69.057-000 – Tel./Fax: (92)3236-8223 – Manaus – Amazonas  
Email: ito-am@hotmail.com

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 1ª 2ª e 3ª CONVOCAÇÕES

O Diretor Presidente do ITO-AM INSTITUTO DE TRAUMATO ORTOPEDIA DO AMAZONAS S.S. LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.439.746/0001-12, no uso de suas atribuições (Cláusula Oitava, “a” do Contrato Social), torna pública a **CONVOCAÇÃO** dos senhores sócios, para reunirem-se em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a ser **REALIZADA NO DIA 03 DE ABRIL DE 2019 (QUARTA-FEIRA)**, no auditório da Santa do Hospital Universitário Getúlio Vargas – H.U.G.V, sito na Av. Ayrão, nº 822 – CEP 69025-070, Bairro Centro, em **1ª CONVOCAÇÃO, às 19:00h**, com a presença mínima de sócios que, em conjunto, representem a titularidade de setenta e cinco por cento (75%) do capital social; em **2ª CONVOCAÇÃO, às 19:30h**, com a presença de sócios que, em conjunto, representem cinquenta por cento (50%) dos sócios em condições de votar e, em **3ª CONVOCAÇÃO, às 20:00h**, com a presença mínima de dez (10) sócios que, em conjunto, representem a titularidade de qualquer percentual do capital social, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- I. Eleição dos componentes do Conselho Fiscal, e Comissão de Ética para o exercício de 2019.

Manaus/AM, 19 de Março de 2019.

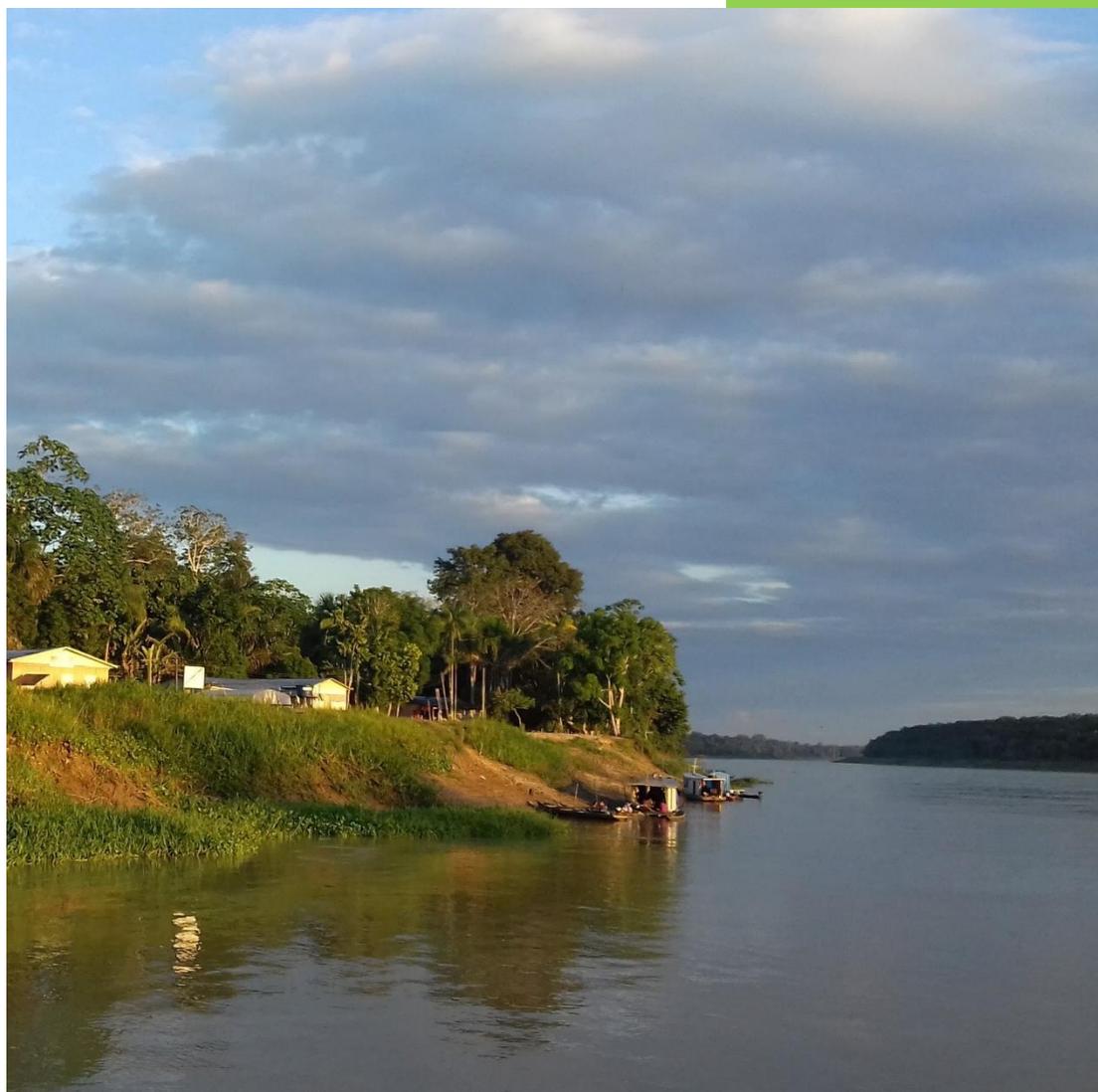
ITO – AM  
INSTITUTO DE TRAUMATO-ORTOPEDIA DO AMAZONAS  
S/S LTDA.

Dra. ANNA CRISTINA M. ANTONY HOEGEN  
DIRETORA PRESIDENTE

### SECRETARIA DE ESTADO DA PRODUÇÃO RURAL SEPROR ERRATA- SEPROR/AM

**ESPÉCIE:** 5º Termo aditivo ao Contrato nº 035/2014 – SEPROR. Publicado no DOE de 22/10/2018, pag. 03, Publicações diversas. Onde se Lê:

# Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari



2019



SÉRIE TÉCNICA PLANOS DE GESTÃO – Nº 5 – 2ª EDIÇÃO

# Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari

Primeira Revisão - Volume I

Carauari – Amazonas

2019

**WILSON MIRANDA LIMA**

Governador do Estado do Amazonas

**EDUARDO COSTA TAVEIRA**

Secretário de Estado do Meio Ambiente – SEMA

**LUIS HENRIQUE PIVA**

Secretário Executivo de Gestão Ambiental – SECEX

**CHRISTINA FISCHER**

Secretária Executiva Adjunta de Gestão Ambiental – SEAGA

**KLEBER AUGUSTO BECHARA DE OLIVEIRA**

Chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação – DEMUC

**GILBERTO OLAVO COSTA DE OLIVEIRA**

Gerente de Unidade de Conservação

# **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari - Primeira Revisão - Volumes I e II**

## **FICHA TÉCNICA**

### **Coordenação Geral**

Ronaldo Weigand Jr., Ph.D., Consultor do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) do Ministério do Meio Ambiente (MMA)

### **Supervisão Técnica e Editorial SEMA-AM**

Adevane Silva Araújo

Ana Cláudia Leitão

Caroline Yoshida

Christina Fisher

Francisco Melgueiro

Gilberto Olavo

Gilmar Souza

Gleudson Aranda

Jefferson Moreira

Karen de Santis Campos

Marcia Lins

### **Redação e Organização de Conteúdo**

Ronaldo Weigand Jr., Ph.D.

### **Equipe de campo**

Givanildo Freitas da Silva

### **Sistema de Informação Geográficas (SIG) e Mapas**

Ricardo Abad

### **Apoio**

Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA

## Sumário

Lista de Figuras.....	3
Lista de Tabelas.....	5
Lista de Siglas e Acrônimos.....	6
Ficha Técnica.....	9
1 Introdução.....	11
1.1 O que é o Plano de Gestão.....	11
1.2 Histórico do Plano de Gestão da RDS de Uacari.....	12
1.3 Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari.....	13
2 Situação Fundiária.....	18
3 Caracterização Socioeconômica.....	20
3.1 Município de Carauari.....	20
3.2 Comunidades da RDS de Uacari.....	27
4 Uso dos Recursos Naturais.....	41
5 Aspectos Institucionais.....	51
5.1 Recursos Humanos e Infraestrutura.....	51
5.2 Organizações Comunitárias e Organizações parceiras.....	51
5.3 Organização Comunitária.....	54
5.4 Divisão Setorial.....	55
6 Declaração de Significância.....	59
Volume II.....	62
1 Introdução.....	1
2 Missão da RDS de Uacari.....	1
3 Visão.....	1
4 Análise Estratégica.....	2
4.1 Abordagem Metodológica.....	2
4.2 Análise Estratégica.....	5

5	Programas de Gestão, Objetivos e Parceiros .....	20
5.1	Programa de Serviços Sociais .....	20
5.2	Programa de Serviços Ecossistêmicos e Benefícios da Pesca.....	22
5.3	Programa de Serviços Ecossistêmicos e Benefícios da Fauna.....	23
5.4	Programa de Serviços Ecossistêmicos e Benefícios para Recursos Hídricos, Biodiversidade e Clima. ....	26
5.5	Programa de Geração de Empregos, Projetos e Políticas Sociais, e Pesquisa Científica. ....	28
5.6	Programa de Operacionalização .....	30
6	Zoneamento.....	31
6.1	O que é o Zoneamento.....	31
6.2	Como foi definido o zoneamento da RDS de Uacari .....	31
6.3	Zonas .....	32
7	Regras da RDS de Uacari.....	36

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari.....	13
Figura 2: População de adultos, jovens e crianças por setor. ....	28
Figura 3: Número de domicílios que chegaram na RDS depois de sua criação. ....	30
Figura 4: Tempo médio no local por comunidade (A) e por setor (B).....	31
Figura 5: Tipos de energia mais comuns por domicílio (%). ....	32
Figura 6: Proporção dos domicílios das comunidades com fossa.....	33
Figura 7: Número de domicílios com renda da agricultura e produz farinha por setor. .....	35
Figura 8: Número de domicílios que pratica extrativismo e pesca por setor: (A) todos os setores e (B) desconsiderando o setor 5.....	36
Figura 9: Domicílios que combinam diferentes fontes de renda por setor.....	37
Figura 10: Percentual de domicílios que pertencem a associação.....	37
Figura 11: Porcentual dos domicílios que pertencem a associação e que são ativos participantes. ....	38
Figura 12: Relação entre Asproc, Amaru e a melhoria da renda.....	39
Figura 13: Mapa de áreas de Roçado. ....	42
Figura 14: Mapa de áreas de gado. ....	43
Figura 15: Mapa de utilização de cipós apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.....	44
Figura 16: Mapa de utilização de seringais apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.....	45
Figura 17: Mapa de áreas potenciais para exploração de madeira apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.....	46
Figura 18: Mapa de áreas com exploração de sementes oleaginosas, apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.....	47
Figura 19: Mapa de áreas com exploração de mel, apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.....	48
Figura 20: Mapa dos lagos, apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações....	49
Figura 21: Círculos ou esferas dos beneficiários dos serviços ecossistêmicos.....	3
Figura 22: Chuva de ideias dos serviços ecossistêmicos da RDS de Uacari.....	3
Figura 23: Resultado de um dos grupos de trabalho sobre os serviços ecossistêmicos. ....	4

Figura 24: Zoneamento da RDS de Uacari .....35

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distâncias em linha reta e fluvial da RDS de Uacari em relação a algumas localidades. ....	14
Tabela 2: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Carauari - AM.....	24
Tabela 3: Comunidades que retornaram questionários por setor considerado na análise.....	27
Tabela 4: Número de homens, mulheres, meninos e meninas. ....	29
Tabela 5: Comunidades agrupadas em Setores na RDS de Uacari. ....	56
Tabela 6: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos e benefícios sociais. ....	7
Tabela 7: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios do agroextrativismo .....	9
Tabela 8: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios da pesca. ....	11
Tabela 9: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios da fauna .....	13
Tabela 10: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios para recursos hídricos, biodiversidade e clima. ....	14
Tabela 11: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios para geração de empregos, projetos e políticas sociais, e pesquisa científica. ....	16
Tabela 12: Comparação entre a primeira versão e a versão atual do zoneamento. .	32

## LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

Sigla/Acrônimo	Extenso
ADS	Agência de Desenvolvimento Sustentável
Afloram	Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas
Amaru	Associação dos Moradores Agro-Extrativistas da RDS de Uacari
ANA	Agência Nacional de Águas
ARPA	Programa de Áreas Protegidas da Amazônia
Asmamj	Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá
Asproc	Associação dos Produtores Rurais de Carauari
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cemaam	Conselho Estadual de Meio Ambiente
Cetam	Centro Tecnológico do Amazonas
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
Codaemj	Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá
Colpesca	Colônia de Pesca
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
CRCS	Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário
DAS	Diagnóstico Socioagroextrativista e Ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari
DEGAT	Departamento de Gestão e Ordenamento Ambiental Territorial e Recursos Hídricos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA)
DEMUC	Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (SEMA)
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAS	Fundação Amazonas Sustentável
FJP	Fundação João Pinheiro
FVS	Fundação Vigilância da Saúde
FVS	Fundação de Vigilância em Saúde
GTZ	Agência de Cooperação Alemã (atual GIZ)
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

<b>Sigla/Acrônimo</b>	<b>Extenso</b>
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDAM	Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas
Idesam	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Ipaam	Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
Ipea	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Iteam	Instituto de Terras do Amazonas
MCM	Missão Cristã Mundial
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONGs	Organizações não governamentais
OPAM	Operação Amazônia Nativa - OPAN
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEAGA	Secretaria Executiva Adjunta de Gestão Ambiental
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas
SEMDESMA	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Carauari
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEPROR estadual	Secretaria de Estado da Produção Rural
SEPROR Municipal	Secretaria Municipal da Produção Rural
SEUC	Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas
Sitawy	ONG Sitawy Finanças do Bem
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPF	Secretaria do Estado de Política Fundiária

<b>Sigla/Acrônimo</b>	<b>Extenso</b>
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
UC	Unidade de Conservação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

## FICHA TÉCNICA

<b>Nome</b>	Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari
<b>Unidade Gestora</b>	Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas
<b>Área</b>	632.949,023 hectares
<b>Município</b>	Carauari
<b>Coordenadas Geográficas dos vértices poligonais da área</b>	Ponto 1 – 67° 12' 48" W 5° 21' 55" S Ponto 2 – 67° 08' 30" W 5° 23' 35" S Ponto 3 – 66° 57' 27" W 5° 25' 10" S Ponto 4 – 67° 40' 08" W 6° 02' 36" S Ponto 5 – 68° 18' 17" W 6° 03' 02" S Ponto 6 – 68° 13' 50" W 5° 43' 15" S Ponto 7 – 67° 47' 31" W 5° 21' 38" S Ponto 8 – 67° 43' 34" W 5° 34' 00" S
<b>Decreto</b>	Decreto nº 25.039 de 01/06/2005
<b>Limites</b>	RESEX Médio Juruá, Terras Indígenas Biá e Deni
<b>Bioma</b>	Floresta Amazônica
<b>Ecosistemas (Vegetação)</b>	Florestas de Terra Firme e alagáveis de Várzea e Igapós
<b>Corredores Ecológicos</b>	Corredor Central da Amazônia
<b>Atividades em desenvolvimento</b>	Agricultura de subsistência, manejo do pirarucu, pesca artesanal, extrativismo de açaí, oleaginosas, óleo de copaíba, cipó e mel
<b>Atividades potenciais</b>	Manejo de Jacaré, manejo florestal sustentável comunitário
<b>Atividades conflitantes</b>	Pesca ilegal, caça ilegal e pesca comercial
<b>Atividades de uso público</b>	Nenhuma
<b>População residente</b>	234 famílias em 33 comunidades/localidades, totalizando cerca de 1.304 pessoas.
<b>Zona populacional</b>	Margens esquerda e direita do Rio Juruá em seu curso médio

# 1 Introdução



# 1 INTRODUÇÃO

A **Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari** é uma unidade de conservação (UC), isto é, um território instituído e protegido pelo poder público para a conservação da natureza e desenvolvimento sustentável de comunidades tradicionais (Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Estado do Amazonas - SEUC)<sup>1</sup>.

*Uma reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) é uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.*

## 1.1 O QUE É O PLANO DE GESTÃO

De acordo com o artigo 33 da Lei do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Amazonas, toda unidade de conservação (UC) deve ter um **plano de gestão**, que é:

*Documento técnico e gerencial, fundamentado nos objetivos da Unidade de Conservação, que estabelece o seu zoneamento, as normas que devem regular o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação da estrutura física necessária à gestão da Unidade.*

Assim, atividades ou modalidades de utilização não contempladas no plano de gestão, ou que estão em desacordo com os objetivos da unidade de conservação, *não são permitidas*.

O plano de gestão inclui as medidas para promover a integração da UC à realidade econômica e social do entorno. Define prioridades de pesquisa, as ameaças e riscos, a estratégia de relacionamento com a comunidade tradicional e com população usuária, e o sistema de gestão administrativa da UC. Contém também as diretrizes de cunho jurídico, fundiário, administrativo, ambiental e de

---

<sup>1</sup> Lei Complementar nº 53/2007 de 05/06/2007: Unidade de Conservação: Espaço territorial com características naturais relevantes e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação in situ e de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, com limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

atividades socioeconômico-culturais no âmbito dos seus programas de manejo, adequadas a cada categoria, bem como ao seu zoneamento.

O plano de gestão deve ser elaborado com base no conhecimento técnico sobre a natureza e as características socioeconômicas e culturais locais, integrando o conhecimento das comunidades. Isto é, na elaboração, atualização e implementação do plano de gestão, deve ser assegurada a ampla participação dos diferentes segmentos sociais e seu conhecimento deve ser integrado. Por fim, deve haver ampla publicidade do plano de gestão em linguagem adequada e acessível a toda a população interessada.

No caso da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, o plano de gestão é avaliado e aprovado pelo seu Conselho Deliberativo.

## 1.2 HISTÓRICO DO PLANO DE GESTÃO DA RDS DE UACARI

### 1.2.1 Primeira versão do Plano de Gestão

A primeira versão do Plano de Gestão da RDS de Uacari foi elaborada em 2008. Foi a primeira experiência de elaboração de um plano de gestão pela equipe técnica da então Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS). A ideia era que uma versão resumida em linguagem simplificada seria distribuída a todas as comunidades e instituições participantes do planejamento e da gestão da Reserva, fornecendo o subsídio necessário e garantindo o caráter participativo à implementação da unidade de conservação. Entretanto, isso acabou não acontecendo e somente a versão digital dessa primeira versão está disponível.

A primeira versão foi fruto do trabalho da equipe técnica do governo, participação social e envolvimento de instituições governamentais e da sociedade civil. Reuniu informações que foram compiladas e refinadas do “Diagnóstico Socioagroextrativista e Ambiental da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari” (DAS), assim como informações nas diversas etapas presenciais nas comunidades para definição do seu zoneamento e regras de uso, sempre fazendo uso de metodologias participativas na sua confecção. Assim, foi um material de múltipla autoria, que dependeu de esforços e compromissos assumidos pela SDS junto às instituições que apoiaram a sua realização, com destaque para o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Fundação Moore e Agência de Cooperação Alemã GTZ.

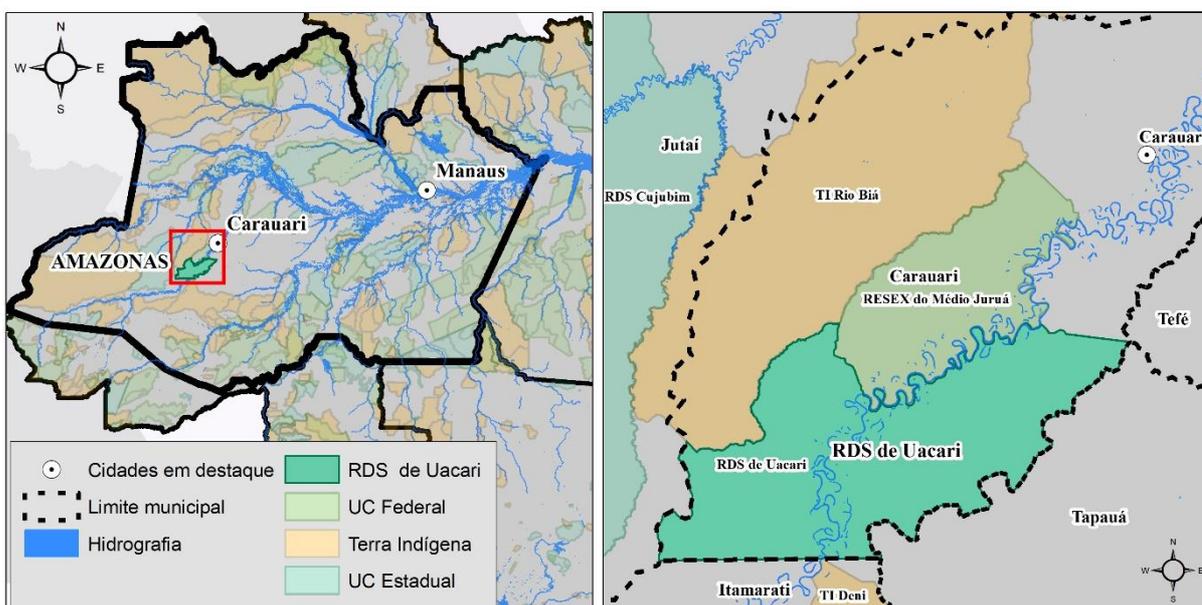
### 1.2.2 Presente versão do Plano de Gestão

O presente documento apresenta a versão revisada em 2018. Nesta versão, aproveitam-se as informações da primeira versão, atualizando parte delas, apresentando-as em linguagem direta e voltada para gestão. O planejamento é atualizado, com a definição de objetivos estratégicos atualizados para os *programas de gestão*.

A primeira versão contou com ampla equipe multidisciplinar para a sua elaboração, resultando em um texto academicamente rico e multiautoral. Na presente versão, a linguagem é menos acadêmica, já que a primeira versão está disponível para consulta e não houve aprofundamento da descrição dos aspectos naturais da RDS.

### 1.3 RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL UACARI

A RDS de Uacari é uma unidade de conservação estadual do Amazonas, com 632.949,023 hectares, criada pelo Decreto nº 25.039, de 1º de junho de 2005. Está localizada na região do Médio Juruá, às margens do rio Juruá, no município de Carauari, estado do Amazonas (Figura 1).



**Figura 1: Localização da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari.**

A RDS faz limite com a Reserva Extrativista do Médio Juruá, as terras indígenas do Biá e Deni, e com o município de Itamarati, junto à desembocadura do igarapé Xeruã (Boca do Xeruã).

### 1.3.1 Objetivos da RDS de Uacari

De acordo com o decreto de criação da RDS de Uacari, com os Objetivos de

*preservar a natureza, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e melhoria dos modos da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido pelas populações tradicionais, entre outros.*

### 1.3.2 Informações gerais

#### **Acesso à RDS**

O acesso a RDS de Uacari só é possível pelo rio Juruá, seja pela sede do município de Carauari, subindo-se pelo rio Juruá, ou pelos municípios de Itamarati descendo-se o rio Juruá. Itamarati também só é acessível pelo rio. A cidade de Carauari é provida de um aeroporto de médio porte com voos regulares de Manaus.

Também há linhas regulares de embarcações (recreios) de Manaus até Carauari, Itamarati e Eirunepé, com tempo de viagem variando em função do tipo de embarcação e vazão do rio Juruá.

**Tabela 1: Distâncias em linha reta e fluvial da RDS de Uacari em relação a algumas localidades.**

Trechos	Distâncias linha Reta	Distâncias Via Fluvial
Manaus – Carauari	780	1676
Carauari – Comunidade Bauana	65	182
Carauari – Comunidade Stº Antonio de Brito	104	274
Carauari – Comunidade Boca do Xeruã	163	417
Itamarati – Comunidade Boca do Xeruã	63	126
Itamarati – Manaus	985	1930

#### **Criação da RDS de Uacari**

A proposta de criação da RDS partiu de uma demanda da comunidade local em 2003 e demorou um ano e sete meses. As seguintes etapas foram realizadas até a publicação do seu decreto:

- 2000 – Carta de Carauari, resultado da reunião das comunidades extrativistas de Carauari, na sede do município, reivindicou a criação de uma nova Reserva

*Extrativista ou a ampliação da RESEX do Médio Juruá para área originalmente proposta, que abrangia desde a comunidade Mandioca até Gumo do Facão.*

- *Outubro de 2003 – solicitação formal pelo Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), através de seu conselho regional de Carauari/AM, por meio de abaixo assinado com 161 assinaturas de moradores de oito comunidades, que não tiveram suas áreas contempladas com a criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, em 1998;*
- *Abril de 2004 – emissão do mapa fundiária da área proposta da RDS de Uacari pelo Instituto de Terras do Amazonas (Iteam);*
- *Maio de 2004 – elaboração dos laudos biológicos e socioeconômico para criação da RDS de Uacari;*
- *Dezembro de 2004 – estabelecimento do Acordo de Pesca com a Colônia de pescadores Z-25 sobre os lagos que estão inseridos dentro da área a ser criada;*
- *Dezembro de 2004 – realização da consulta pública no auditório da Escola Estadual Sérgio Rufino de Oliveira, na sede do município de Carauari, com a participação de 152 pessoas que assinaram a lista de presença;*
- *Maio de 2005 – emissão de parecer jurídico pela Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – PGE;*
- *Junho de 2005 – emissão de parecer da Casa Civil do Governo do Estado do Amazonas;*
- *Junho de 2005 – publicação no Diário Oficial do Estado do Amazonas o Decreto nº25.039/2005 que cria a RDS de Uacari.*

A criação da UC foi solicitada pelo CNS em 2003, encontrou resistência da Colônia de Pescadores Z-25, que também encaminhou para a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS) um abaixo assinado com 728 assinaturas, contra a sua criação. Dos 535 associados da Colônia, uns 200 pescavam nos lagos na área pretendida. A Câmara Municipal de Carauari também se posicionou contrária à criação da RDS, por meio de Carta Aberta de agosto de 2004, assinada por quatro vereadores, incluindo o 1º secretário, dizendo que poderia haver desabastecimento da cidade em pescado, item básico da dieta local. A carta

sugeriu ainda que as famílias solicitantes fossem incorporadas à Reserva Extrativista (Resex) do Médio Juruá.

Em resposta, o CNS/Regional Carauari, a Associação de Produtores de Carauari (Asproc) e o Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de Carauari começaram a negociar com a Colônia de Pescadores Z-25, para criar um Acordo de Pesca e mostrar que a criação da reserva limitaria o uso predatório por barcos pesqueiros de Cruzeiro do Sul e Manaus. Em outubro de 2004, com apoio da SDS, é elaborado o Acordo de Pesca.

É realizado o zoneamento dos lagos na área proposta, definindo-se lagos para o uso dos pescadores da Colônia, para manutenção das comunidades da reserva e para a preservação. No mesmo período, o Prefeito Municipal de Carauari se posiciona favorável à criação da reserva.

Em dezembro de 2004, o Acordo de Pesca é assinado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Prefeitura de Carauari, Câmara de Vereadores de Carauari, CNS, Colpesca Z-25, ITEAM, IPAAM, Afloram, IDAM, Asproc, Ibama, INPA e Inbra. Esse evento fez parte da Consulta Pública, requerida por lei e realizada no município como etapa para a criação da RDS de Uacari, com a participação de 152 pessoas, em que ninguém se opôs à sua criação na localização, dimensão e limites apresentados.

Após a Consulta Pública, em 2005, foi realizado o estudo de criação na área pré-proposta para a criação da RDS. Seguiram-se os trâmites burocráticos na SEAGA e Procuradoria Geral do Estado (PGE). A Assessoria Jurídica sugeriu que fossem excluídas dos limites da unidade todas as áreas privadas.

O Decreto nº 25.039, de criação da RDS de Uacari, foi assinado no dia 1º de junho de 2005, como parte das comemorações da Semana do Meio Ambiente.

A origem do nome da RDS de Uacari é o nome vulgar do primata *Cacajao calvus uacayalii*, ameaçado de extinção, cuja presença já foi identificada na área da RDS de Uacari.

## 2 Situação Fundiária



## 2 SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A RDS de Uacari está localizada em duas glebas arrecadadas pelo Estado do Amazonas: Francisco Orellana e Vicente Pinzón. A maioria das 37 comunidades/localidades identificadas pelo Iteam encontram-se na gleba Vicente Pizón, e uma única comunidade, Bom Jesus, se localiza na gleba Francisco Orellana.

Foram identificadas, ainda, 20 propriedades privadas, cujos mapas fundiários têm registros no então ITEAM, inseridas dentro da área da RDS de Uacari. Cerca de 15 comunidades/localidades, estão nas áreas dessas propriedades privadas. Nas reservas de desenvolvimento sustentável, não há necessidade de desapropriação dos imóveis particulares se esses cumprirem as regras e normas estabelecidas para a UC, previstas no seu Plano de Gestão<sup>2</sup>.

O artigo 23 da Lei do SNUC determina que:

*A posse e o uso das áreas ocupadas pelas populações tradicionais nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável serão regulados por contrato, conforme se dispuser no regulamento desta Lei.*

O contrato de que trata a Lei é o contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU), que deverá ser repassado para uma associação representativa dos moradores e reconhecida pelo órgão gestor. No caso da RDS de Uacari, os moradores são representados pela Associação dos Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari (Amaru), criada em 2006. A UC já possui CDRU coletivo com validade por tempo indeterminado.

---

<sup>2</sup> O artigo 20, parágrafo 2º da Lei do SNUC define: “A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser, quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei”.

## 3 Caracterização Ambiental



### 3 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

#### 3.1 MUNICÍPIO DE CARAUARI

A RDS de Uacari está localizada no município de Carauari, que faz fronteira com os municípios de Juruá (ao Norte), Itamarati (ao Sul), Tefé (ao Leste), Tapauá (Sudeste) e Jutai (a Oeste), com área<sup>3</sup> de 25.778,658 km<sup>2</sup> (1,64% da área do Estado do Amazonas<sup>4</sup>). População de Carauari

O censo demográfico de 2010 registrou 25.774 pessoas em Carauari, mas a população estimada pelo IBGE atualmente é de 28.337 pessoas. Assim, entre 2000 e 2010, a população cresceu a uma taxa média 0,96% ao ano, menor que no Brasil no mesmo período (1,17%). A urbanização passou de 72,05% para 76,60% (Atlas de Desenvolvimento Humano).

##### 3.1.1 História

A origem de Carauari<sup>5</sup> deu-se em 1758, como uma das 45 aldeias da Capitania de São José do Rio Negro. Originalmente era um seringal, e mais tarde, tornou-se ponto de apoio para atividades seringalistas.<sup>6</sup> Com o crescimento, Carauari tornou-se em 1912 a sede do Município de Xibauá, desmembrado do Município de Tefé, cuja sede foi inicialmente o povoado de Xauá. Em 1913, o município tomou o nome de Carauari.<sup>7</sup>

A economia da região foi baseada na exploração do látex até o final da década de 1980, quando ocorreu a crise da produção do látex. Então as atividades econômicas se transformaram em função do aparecimento da exploração de petróleo e do gás natural. Um levantamento sísmico de reflexão de reconhecimento, em 1976, demonstrou resultados positivos, e foi assim descoberta a província gasífera do Juruá, em 1978, “tendo um considerável impacto na história da região do rio Juruá, principalmente para as populações ribeirinhas”<sup>8</sup>.

A Petrobras construiu sua base de apoio no local no final dos anos 1970 e os seringueiros, desempregados com a crise da borracha, passaram a ser empregados

---

<sup>3</sup> IBGE, 2016.

<sup>4</sup> IBGE, 2018.

<sup>5</sup> Carauari é nome originário da língua geral indígena “Nheengatu”. A primeira parte da palavra, “cará”, corresponde a uma variedade de tubérculo comestível; e “uari”, significa “cair”. Assim, tanto pode significar alimento que cai dos ramos como o “alimento que cai do céu”.

<sup>6</sup> IBGE, 2009.

<sup>7</sup> O Município de Carauari foi, em 1930, anexado ao município de Tefé, mas foi restabelecido no ano seguinte, tendo sido oficialmente instalado em 01/01/1939.

<sup>8</sup> Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Juruá (RESEX Médio Juruá).

das equipes contratadas pela empresa e pelas empresas empreiteiras que prestavam serviço à estatal. Essa infraestrutura foi desativada em fevereiro de 1988 por ter a exploração de gás em Coari (Urucu) apresentado um custo menor de produção. As empreiteiras foram sendo transferidas para Tefé, onde passaram a recrutar novos empregados.

### 3.1.2 Economia

A produção de látex no Município não é mais considerada importante pelo IBGE. Segundo o IBGE, em 2007 a extração vegetal e a silvicultura para o município de Carauari resultaram em 3 toneladas de borracha (látex coagulado), 26.837 m<sup>3</sup> de madeira em lenha e 86.611 m<sup>3</sup> de madeira em tora. A quantidade de látex, assinalada em 2016 pelo IBGE, aumentou para 7 toneladas, com valor de R\$ 33.000,00. Os dados atuais mostram extração de 1.250 m<sup>3</sup> de madeira em tora, o que pode significar mais fiscalização ou menor disponibilidade face ao esgotamento dos estoques. O IBGE também mostra a produção de 600 toneladas de açaí, no valor de R\$ 750.000,00 e de oleaginosos, de 60 toneladas, importando em R\$ 90.000,00.

### 3.1.3 Trabalho e rendimento

Segundo o IBGE, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Carauari é de dois salários mínimos. O pessoal ocupado, segundo dados de 2015, era de 1.106 pessoas. Contudo, dados de 2010 informam que 50,9 % da população tem rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário mínimo. Comparando a outros municípios, Carauari está em 62º lugar no Estado do Amazonas e em 7º na sua microrregião. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano,

*Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 51,17% em 2000 para 62,63% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 23,91% em 2000 para 3,92% em 2010.*

Esses dados, no entanto, não refletem a crise econômica dos últimos anos.

### 3.1.4 PIB

O PIB per capita foi calculado em 2015 em R\$ 8.999,57, com percentual de receitas oriundas de fontes externas de 94,1%. O PIB de Carauari e volume de receitas estavam ambos em 62º lugar do Estado do Amazonas e o 7º lugar da microrregião.

Esses dados, no entanto, não refletem a crise econômica dos últimos anos.

### 3.1.5 Fundo de Participação dos Municípios – FPM

O valor do Fundo de Participação dos Municípios – FPM em 2007 foi de R\$ 7.558.761,89 (IBGE, 2009). Hoje o IBGE reporta este valor como sendo de R\$ 13.676.000,00.

### 3.1.6 IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) para 2010 foi estabelecido em 0,549<sup>9</sup>. O IDHM de Carauari é qualificado como Baixo (0,500 - 0,599) e está em 40º no Amazonas.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano,

*“De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,268, em 1991, para 0,549, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 104,85% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 61,61% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,345), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.” (Atlas de Desenvolvimento Humano).*

Ainda segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano,

*A renda per capita média de Carauari cresceu 53,82% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 144,53, em 1991, para R\$ 160,01, em 2000, e para R\$ 222,32, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,29%. A taxa média anual de crescimento foi de 1,14%, entre 1991 e 2000, e 3,34%, entre 2000 e 2010. A proporção*

---

<sup>9</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1 (PNUD Brasil)”.

*de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 73,53%, em 1991, para 76,69%, em 2000, e para 48,31%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini<sup>10</sup>, que passou de 0,62, em 1991, para 0,73, em 2000, e para 0,54, em 2010.*

### 3.1.7 Educação

Na cidade de Carauari, a taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 90,2% em 2010. Isso posicionava o Município na posição 31 de 62 dentre as cidades do Estado. Nesse mesmo ano, as matrículas no ensino fundamental foram de 6.062 alunos, com 297 docentes, e 1.101 alunos no ensino médio, com 83 docentes, percebendo-se que boa parte da população estava nas 55 escolas do ensino fundamental e 4 do ensino médio no município (IBGE).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano,

*No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 76,29%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 62,01%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 33,77%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 11,95%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 67,51 pontos percentuais, 52,46 pontos percentuais, 27,56 pontos percentuais e 8,41 pontos percentuais.*

Em 2015, os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.9 no IDEB. Para os alunos dos anos finais, essa nota foi de 4.2. Na comparação com cidades do Amazonas, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava Carauari na posição 11 de 62. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passava a 15 de 62.

### 3.1.8 Saúde

Reporta o IBGE que a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 27,78 para 1.000 nascidos vivos. Comparada com todos os municípios do Estado do Amazonas, fica na posição 9, de 62. Quando comparada a cidades do Brasil todo,

---

<sup>10</sup> O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que o valor 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, quando uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

essa posição é de 578, de 5570 (IBGE). Segundo o atlas de Desenvolvimento Humano, a mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no Município passou de 55,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 26,4 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010, ou seja, caiu pela metade. Essa queda foi bem mais acentuada que na década anterior (em 1991, a taxa era de 63,5).

Uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas em 2015 é que a taxa de mortalidade infantil média no país esteja abaixo de 17,9 óbitos por mil. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.

Com a taxa observada em 2010, o Município ainda não cumpria uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deveria estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015. Na década de 2000, a tendência observada no município foi semelhante à do País.

**Tabela 2: Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Carauari - AM**

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	60,0	63,1	69,7
Mortalidade infantil	63,5	55,3	26,4
Mortalidade até 5 anos de idade	77,3	67,3	28,2
Taxa de fecundidade total	7,0	5,4	4,3

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 6,6 anos na década de 2000, passando de 63,1 anos, em 2000, para 69,7 anos, em 2010. Em 1991, era de 60,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Percebe-se que os índices refletem certo desenvolvimento positivo para a população.

### 3.1.9 Projetos

No Município foram identificados, sem esgotar as possibilidades, os seguintes projetos:

a) Projeto Carauari Amazônia:

O Projeto Carauari Amazônia tem por objetivo beneficiar uma área de 912 mil hectares localizada à margem do rio Juruá. O projeto é das empresas Aplub Agroflorestal Amazônia e Renbrasil. As atividades do setor primário são desenvolvidas na Fazenda Aplub, atendendo as três diretrizes do projeto: desenvolvimento econômico, responsabilidade social e proteção ambiental.

*A prioridade é o remanejamento florestal com árvores nativas de valor agregado e árvores frutíferas, com destaque para o cacau, açaí, guaraná e outras oriundas da região.*<sup>11</sup>

O projeto prevê a exploração de aproximadamente 16 hectares, com biotecnologia para plantação de frutas regionais, levando em conta as condições do solo e do clima. A produção de fruticultura deverá atender o mercado local, com o excedente dirigido para o mercado externo. Outros segmentos produtivos serão desenvolvidos nesta Fazenda, como viveiros, agroalimentos, piscicultura, energia limpa e produção de carvão vegetal.<sup>12</sup>

b) Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário (CRCS):

O projeto “Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário - CRCS”, da Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc), atua por meio de organização, gestão e comercialização da produção das comunidades ribeirinhas. Foi financiado pela parceria Fundação Banco do Brasil e Fundo Amazônia. O projeto adquiriu no final de 2017 uma balsa com capacidade de 150 toneladas<sup>13</sup>. Com este projeto, a Asproc contempla processos produtivos, agricultura familiar e o extrativismo sustentável, garantindo a compra de produtos para revenda às famílias e a escolas. Com isto a tonelada de borracha, que seria vendida pelo seringueiro a R\$2,00, chega a atingir o valor de R\$ 6,90, que compreende preço de mercado mais subvenções dos governos estadual e municipal<sup>14</sup>. O processo de gestão da Asproc contempla, portanto, controle de estoques e processos de compra e venda de produtos. Centraliza estas operações em “Cantinas” - entrepostos de compra e venda ou Polos de Comercialização construídos a partir de 2009 como parte de

<sup>11</sup> <http://portalamazonia.com/noticias/carauari-amazonia-projeto-economico-e-sustentavel-e-apresentado-em-manaus>

<sup>12</sup> Id.

<sup>13</sup> Memorial Chico Mendes.

<sup>14</sup>

projeto apoiado pela Petrobras, em 14 comunidades, a maioria estabelecida no território da Resex. Na RDS estão situadas em Bom Jesus, Bauana, Barreira do Idó, Santo Antônio, Boa Vista e Cachoeira). A Asproc também mantém Casas Comunitárias em alguns povoados. A Asproc mantém parceria com a Associação de Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari (Amaru), associação que segundo os questionários tem grande número de afiliados e será beneficiária de contrato de direito real de uso das áreas da RDS não particulares.

c) Programa SANEAR Amazonas

O projeto “SANEAR AMAZÔNIA: Mobilização Social por Acesso a Água às Famílias Extrativistas na Amazônia”, tem por objetivo promover acesso a água para o consumo humano em comunidades extrativistas da Amazônia. A proposta do projeto é que sua implementação de tecnologias de acesso à água seja desenvolvida de acordo com as propostas de Tecnologia Social de Acesso à água definidas pelas Instruções Operacionais nº 7 e nº 8 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que tratam das seguintes modalidades de tecnologia social:

- Sistema de acesso à água Pluvial Multiuso Autônomo e
- Sistema de acesso à água Pluvial Multiuso Comunitário.

A replicação dessas tecnologias de acesso à água já foi testada pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari – Asproc. Em parceria com o Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS e o MCM, viabilizam a coleta de água para consumo, adoção das melhores práticas de higiene, disposição de dejetos, e envolvem toda a população “de forma equitativa independente do gênero e idade”.

A tecnologia social é composta de um kit para captação e distribuição de água potável, banheiro com sanitário e esgoto. No sistema autônomo a captação é feita apenas da água das chuvas. No comunitário é captada água da chuva, de poços e dos rios que são tratadas e se tornam potáveis. Em comunidades com cinco a seis famílias é implementado o sistema comunitário; em um número maior é utilizado o sistema autônomo.

O Programa SANEAR AM foi levado a efeito na Resex, mas possivelmente se estendeu a moradias no interior da RDS, com apoio da Asproc.

d) Programa Nacional de Habitação Rural

Este Programa foi apoiado pela Asproc. Proporciona habitações com preço subsidiado de cerca de 70% do valor.

### 3.2 COMUNIDADES DA RDS DE UACARI

Há 33 comunidades e 234 famílias na RDS de Uacari. O levantamento socioeconômico por meio de questionários realizado em 2018 recebeu 213 respostas, faltando assim 21 questionários (Tabela 3). Isso pode distorcer um pouco os dados e por isso era importante também a percepção dos moradores, que foi obtida nas oficinas setoriais devolutivas do diagnóstico.

Também foi esclarecido que, em relação aos questionários sobre os domicílios, houve algumas perguntas que não foram bem entendidas. Algumas comunidades deverão mudar de setor. São José deverá ir do Setor 2 para o Setor 3.

#### 3.2.1 População

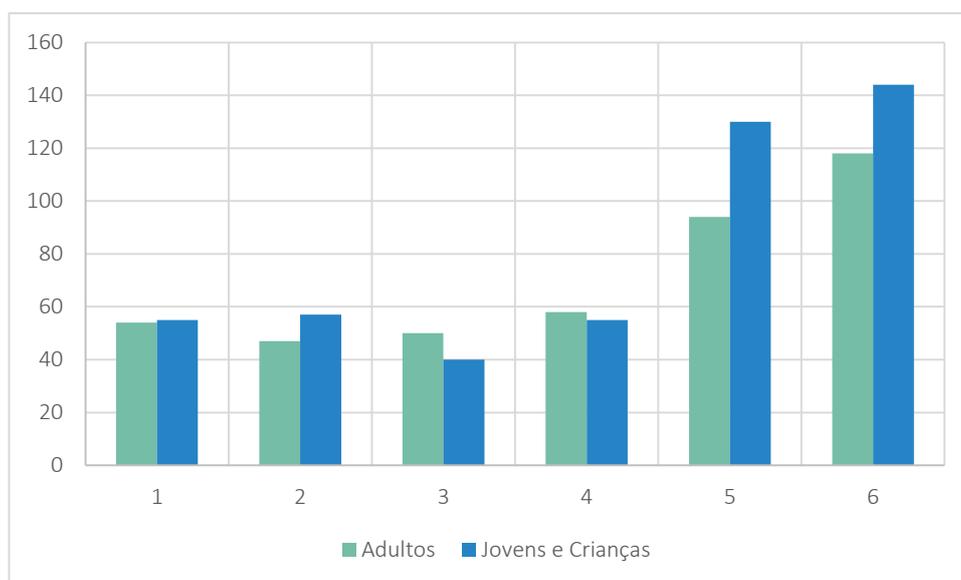
A população total dos domicílios entrevistados foi de 828 pessoas (o total estimado na RDS é de cerca de 1300 pessoas), incluindo adultos, jovens e crianças (Figura 2)<sup>15</sup>.

**Tabela 3: Comunidades que retornaram questionários por setor considerado na análise.**

<b>Setor/Comunidade</b>	<b>Número de questionários</b>
<b>Setor 1</b>	<b>25</b>
Vila Medeiros	4
Xibauá	12
Xibauzinho	9
<b>Setor 2</b>	<b>25</b>
Cachoeira	7
São José	9
Toari	9
<b>Setor 3</b>	<b>34</b>
Boa Vista	10
Caroçal	3
Monte Carmelo	17
Samaumeira	4
<b>Setor 4</b>	<b>26</b>
Lago do Pupunha	9
Morro Alto	10
Porto Said	5
Praia do Campina	2

<sup>15</sup> Lembrando que infelizmente não temos um levantamento completo, mas somente parte das comunidades.

Setor/Comunidade	Número de questionários
<b>Setor 5</b>	<b>51</b>
Canta Galo	6
Ouro Preto	16
S.Antonio do Brito	11
Vila Ramalho	18
<b>Setor 6</b>	<b>52</b>
Barreira do Idó	10
Bauana	15
Bom Jesus	27
<b>Total Geral</b>	<b>213</b>



**Figura 2: População de adultos, jovens e crianças por setor.**

A população é maior nos setores mais próximos da cidade. Um aspecto interessante é que nos setores 5 e 6 há mais jovens e crianças que adultos, enquanto que nos outros setores a tendência é haver mais adultos que crianças.

Na Oficina dos setores 3 e 4 alguns participantes discordaram desse resultado no setor 3, onde teria faltado alguns questionários. No total da RDS, faltaram cerca de 40 famílias.

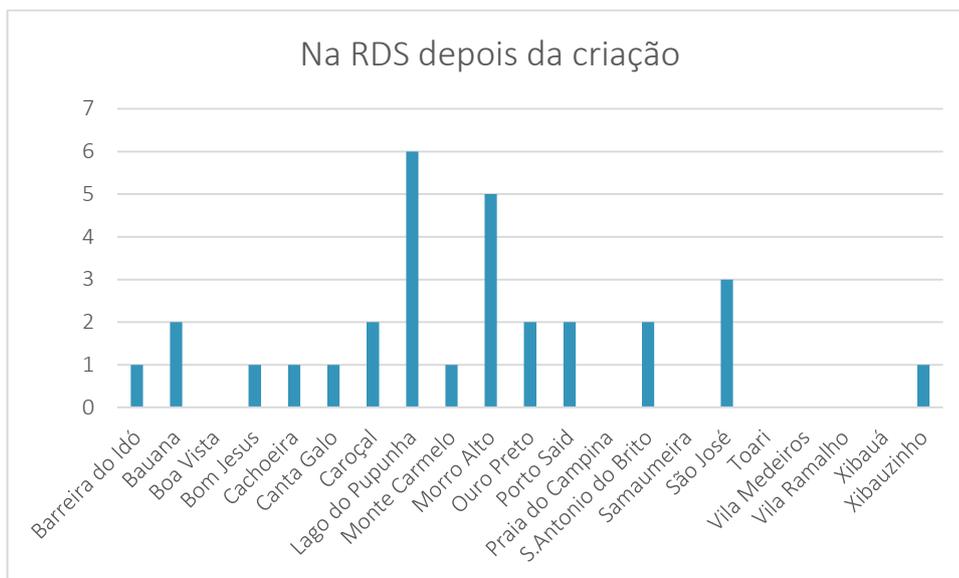
São 216 homens e 189 mulheres, mostrando um ligeiro desequilíbrio. Não há desequilíbrio nos setores 1 e 2 (Tabela 4).

**Tabela 4: Número de homens, mulheres, meninos e meninas.**

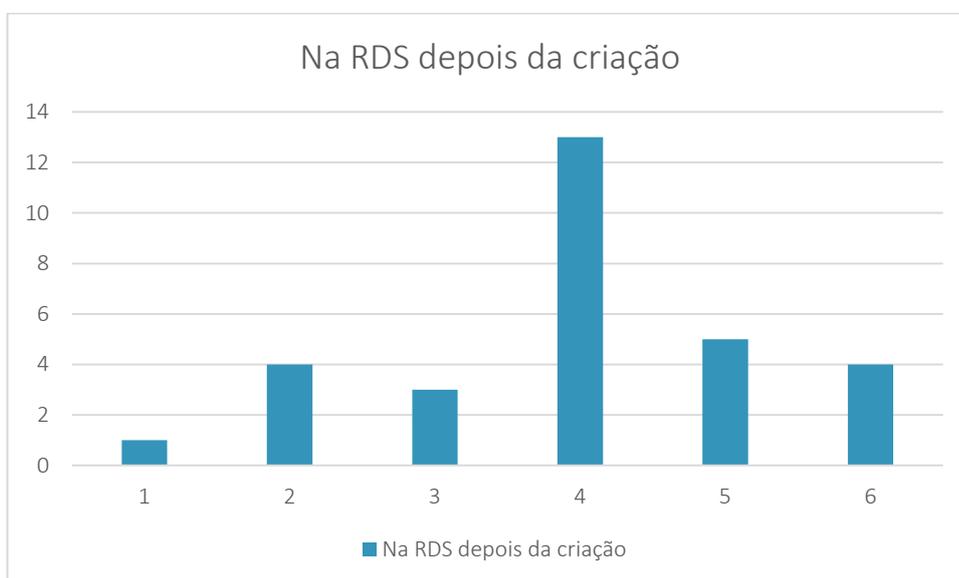
Setor	Homens	Mulheres	Meninos	Meninas
1	27	27	32	23
2	29	28	28	29
3	28	22	20	20
4	30	28	28	27
5	65	54	53	77
6	62	56	78	66
<b>Total</b>	<b>241</b>	<b>215</b>	<b>239</b>	<b>242</b>

### 3.2.2 Tempo no local e na RDS

Trinta famílias chegaram à RDS depois de sua criação (Figura 3A), concentrando-se nas comunidades de Lago do Pupunha, Morro Alto e São José. Segundo informações das comunidades na Oficina dos Setores 5 e 6, essas famílias têm origem, respectivamente, em Itamarati, Itamarati e Carauari, e Carauari. O maior número de famílias recém-chegadas está no setor 4 (Figura 3B).



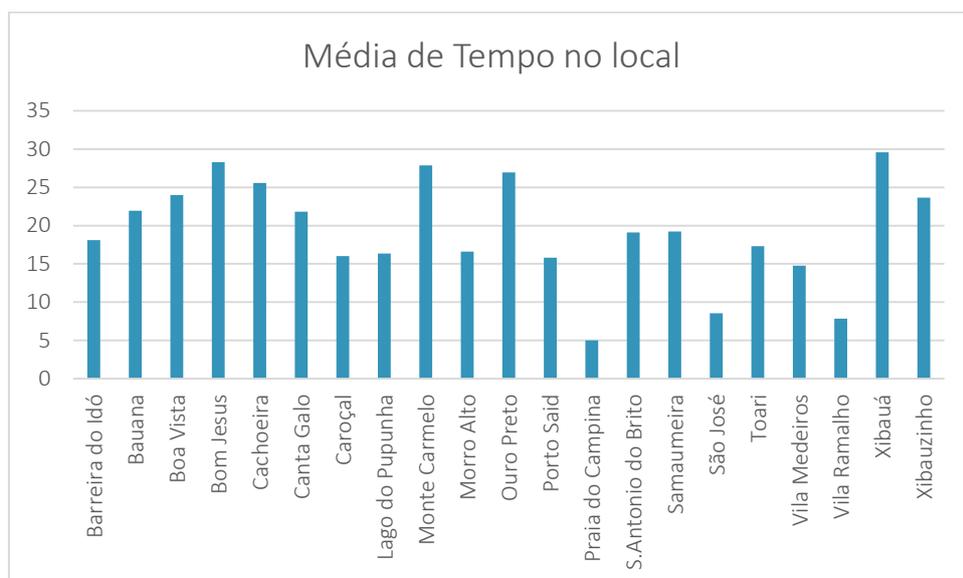
(A)



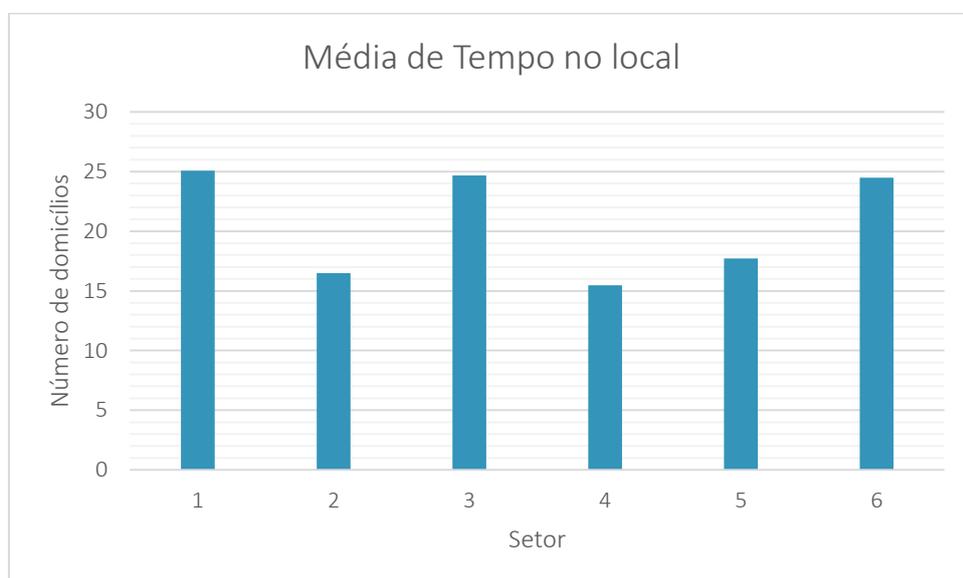
(B)

**Figura 3: Número de domicílios que chegaram na RDS depois de sua criação.**

Em média, as famílias estão no local atual há pelo menos 20 anos. Mas isso varia conforme a comunidade e o setor. As comunidades de Bom Jesus, Monte Carmelo, Ouro Preto, Xibauá e Xibauzinho são as que os moradores declararam maior tempo no local (Figura 4). Praia do Campina, São José e Vila Ramalho são as com moradores que chegaram há menos tempo. Os setores 1, 3 e 6 possuem os moradores com maior tempo médio no local.



(A)



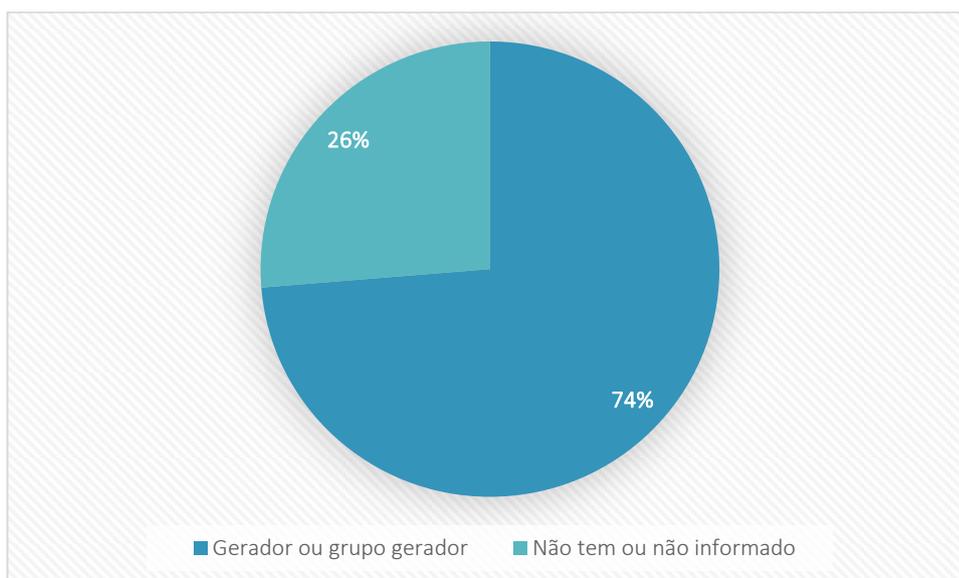
(B)

**Figura 4: Tempo médio no local por comunidade (A) e por setor (B).**

Esses dados de tempo no local e na reserva foram desafiados pela percepção de alguns moradores dos setores 3 e 4. No entanto, prevaleceu o entendimento de que há sim um problema com muitos novatos nesses setores, que merecem atenção especial para que incorporem as lutas e os ideais da RDS.

### 3.2.3 Energia

A maioria dos domicílios (74%) têm algum acesso à energia. As comunidades são muito dependentes de combustível fóssil para a energia, que responde por 100% do acesso (Figura 5), por meio de gerador ou grupo gerador.



**Figura 5: Tipos de energia mais comuns por domicílio (%).**

Muitas comunidades estão com problemas no fornecimento de energia, em geral por estarem com defeito no gerador ou por falta de dinheiro para a compra de combustível.

#### 3.2.4 Água potável

O diagnóstico socioeconômico indicou que a maior parte dos domicílios obtém água de poço, rio ou igarapé e do Projeto Sanear, nesta ordem. Entretanto, a discussão na Oficina dos Setores 5 e 6 indicou que o Projeto Sanear alcançou quase todos na RDS e só não está presente nas residências dos recém-chegados e dos que se mudaram recentemente dentro da RDS.

Entretanto, os problemas de manutenção são comuns, conforme apontado nas três oficinas setoriais, em muitos casos inutilizando os benefícios do Projeto na maior parte das comunidades durante parte do ano. Onde a água vem da chuva, não dura o “verão” todo. É comum problemas de manutenção nas bombas utilizadas para bombear água para os sistemas de tratamento do Projeto. Também ocorre falta de combustível para as bombas.

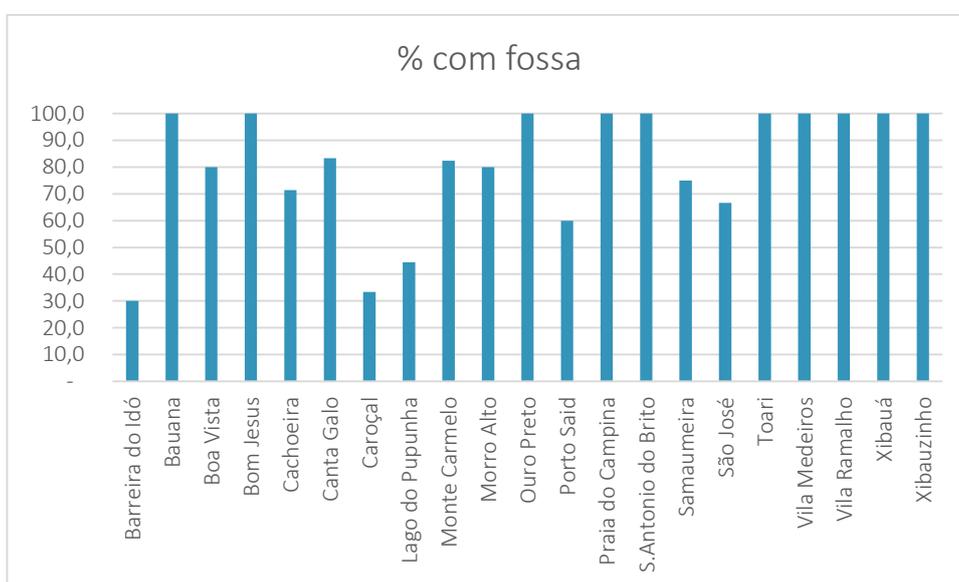
A gestão dos benefícios do Sanear pelas comunidades é deficiente. As tarefas de manutenção não são assumidas pelas comunidades, faltando desde combustível para as bombas e limpeza das caixas d’água até reparos nos encanamentos.

Assim, é comum que as pessoas obtenham água de igarapés e do rio. Apesar de ser comum o tratamento com cloro na água usada em casa, pelo próprio

morador, isso depende da distribuição de cloro pelos programas do governo (porém houve um caso de uso de água sanitária) e a Oficina dos Setores 1 e 2 indicou que nenhum morador sempre bebe água tratada. Assim, problemas de diarreia são comuns.

### 3.2.5 Esgotamento sanitário

Segundo o diagnóstico socioeconômico, as fossas estão presentes em 86% dos domicílios. As comunidades com baixa prevalência de fossas são Barreira do Idó, Caroçal e Lago do Pupunha. Somente 10 comunidades possuem 100% de suas casas com fossa (Figura 6).



**Figura 6: Proporção dos domicílios das comunidades com fossa.**

Entretanto, mesmo onde estão presentes, as fossas são mal mantidas, degradadas. Barreira do Idó tem fossas mas não funcionam. Segundo a Oficina dos Setores 5 e 6, Vila Ramalho não tem fossa, apesar de os questionários indicarem que sim. As comunidades do setor 3 e 4 ressaltaram a péssima qualidade dos materiais, o que leva à degradação precoce. De fato, uma observação rápida mostra a fragilidade dos encanamentos, expostos ao sol e fixados de forma frágil nos trapiches. Nos setores 1 e 2, comunidade de Xibauzinho mudou de local e deixou a infraestrutura de saneamento para trás. Novas moradias não têm sido construídas com fossa.

### 3.2.6 Educação

Quase todas as comunidades têm acesso a escolas, situadas nas próprias comunidades ou comunidades próximas. Segundo o diagnóstico socioeconômico, os setores com maior número de crianças na escola são os setores 5 e 6, acompanhando o maior número de domicílios (no setor 4, nota-se uma proporção maior de crianças na escola por domicílio). A localidade com maior número de crianças na escola é Bom Jesus, seguida de Lago do Pupunha. Cachoeira tem o menor número de alunos. Entretanto, os participantes de algumas comunidades questionaram o número de crianças atribuído a algumas comunidades, superestimado para algumas e subestimado para outras.

Foi apontado que três comunidades dos Setores 3 e 4 não responderam os questionários, o que pode ter sub-representado as crianças. Por exemplo, Morro Alto tem 11 crianças nos questionários, mas conta-se 39 alunos, segundo o professor. Pupunha tem 23 alunos.

Um grande avanço na educação será o ensino médio/tecnológico com formação de técnico agroecológico.

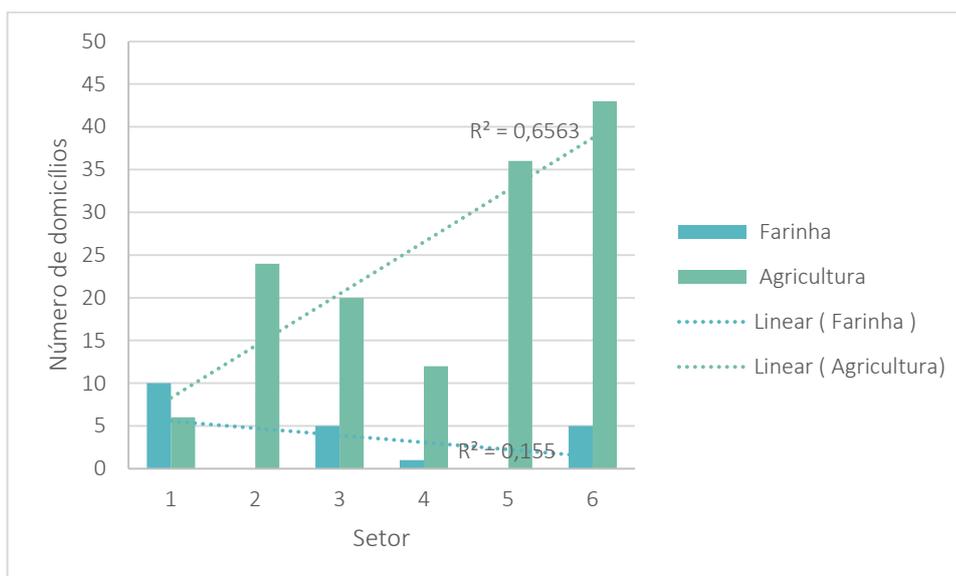
### 3.2.7 Fontes de renda

#### **Agricultura e farinha**

A agricultura é mais comum como fonte de renda principal nos setores mais próximos da cidade, provavelmente devido à facilidade e menor custo para o comércio dos produtos (Figura 7)<sup>16</sup>. Já para a produção de farinha não há uma tendência relacionada com a distância da cidade.

---

<sup>16</sup> O setor 1 é o mais distante da cidade e o 6 é o mais próximo.



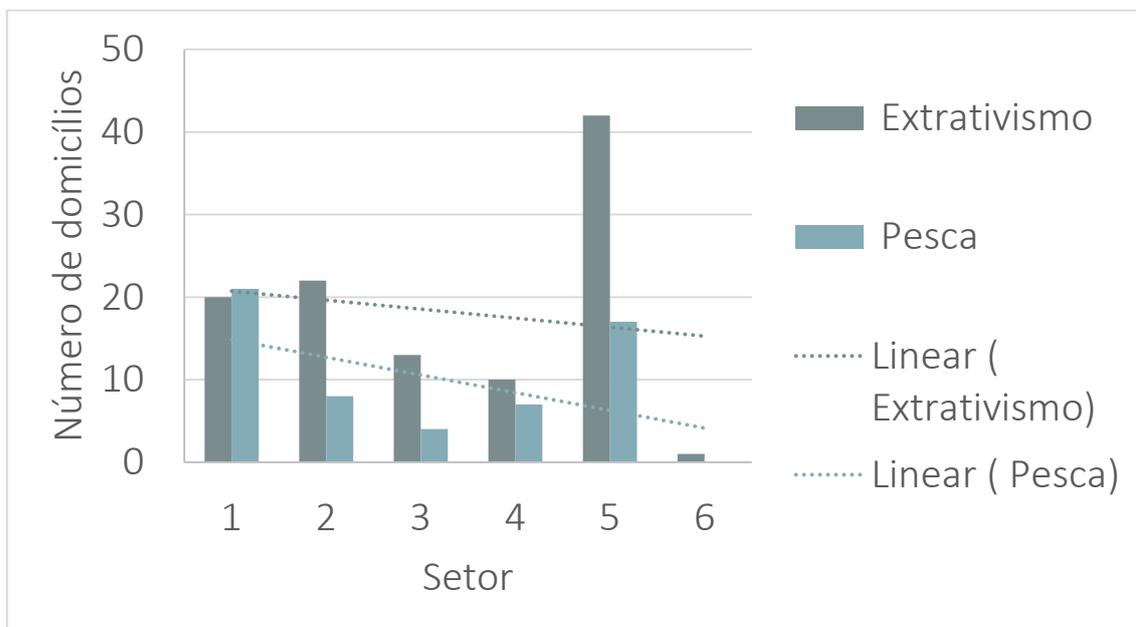
**Figura 7: Número de domicílios com renda da agricultura e produz farinha por setor.**

### **Extrativismo e pesca**

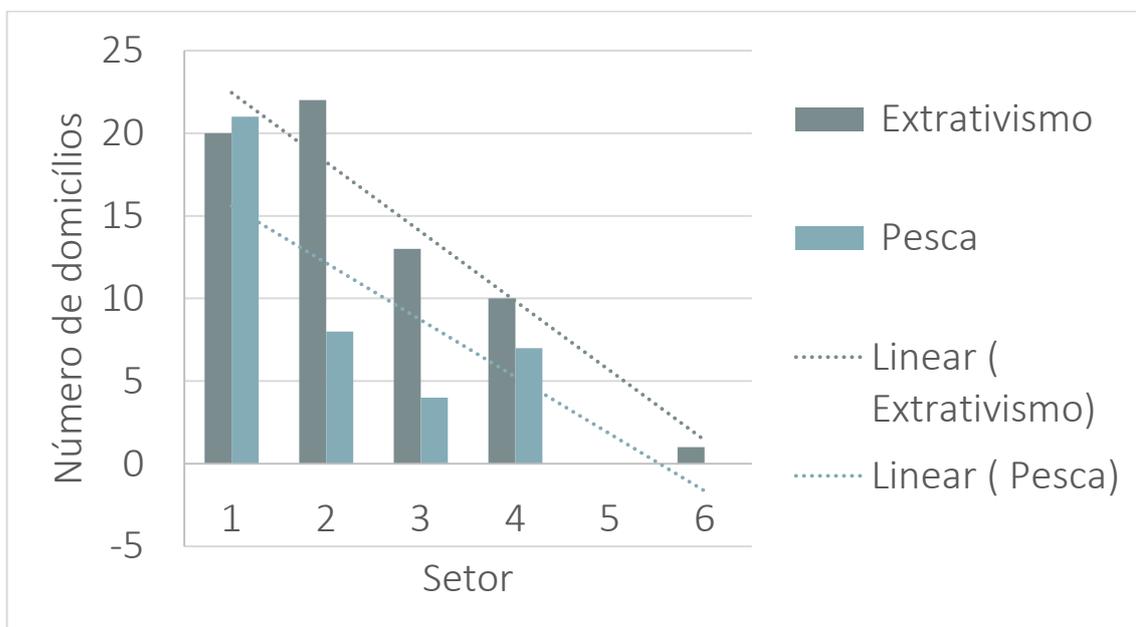
Extrativismo e pesca a princípio parecem pouco associadas com a distância da cidade (Figura 8-A), mas quando se desconsidera o setor 5, a relação fica muito forte (Figura 8-B). Isso mostra que os projetos desenvolvidos no setor 5 conseguiram mudar a dinâmica econômica tendencial da RDS.

### **Combinação de atividades**

A combinação de atividades é mais comum mais longe da cidade. Enquanto perto da cidade os domicílios tendem a ser mais dependentes de uma só atividade, com a distância, entram combinações de atividades, incluindo extrativismo e produção de farinha. Novamente, o setor 5 é um ponto fora da curva. Quando desconsideramos os 23 domicílios que combinam diferentes fontes de renda que estão no setor 5, há uma forte tendência à diversificação de estratégias na medida em que se afasta da cidade (Figura 9).

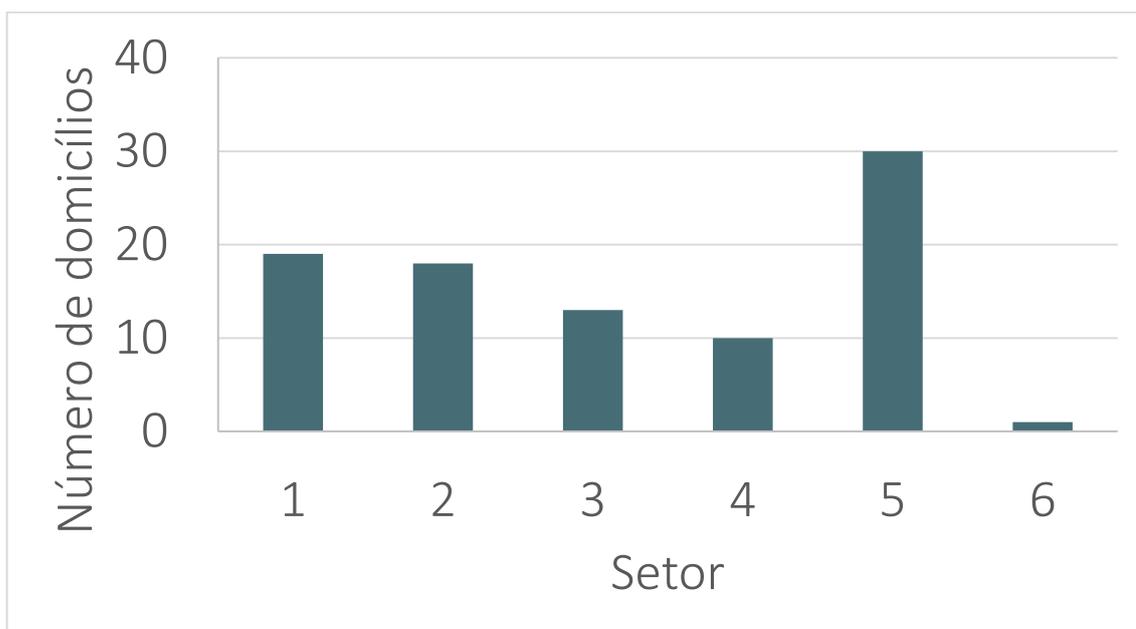


(A)



(B)

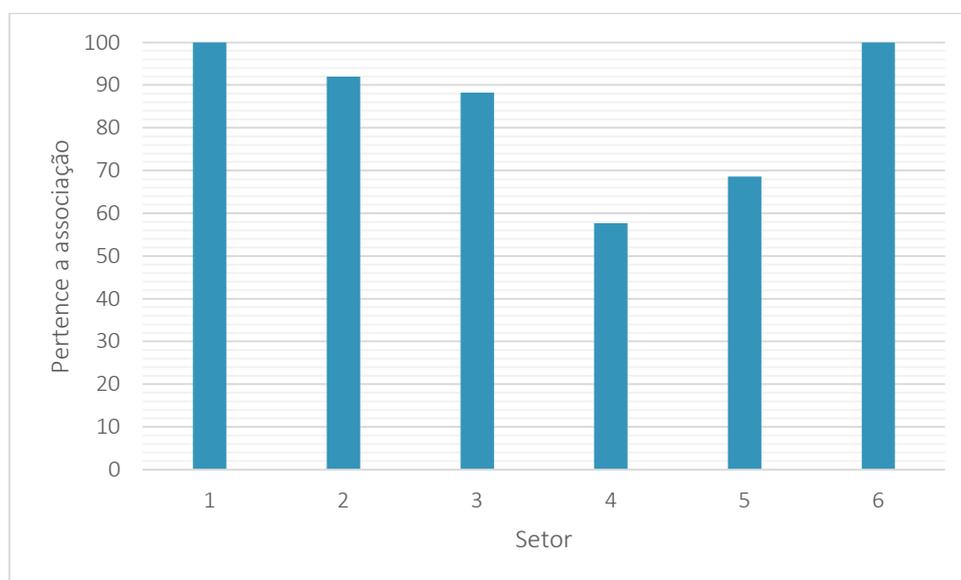
**Figura 8: Número de domicílios que pratica extrativismo e pesca por setor: (A) todos os setores e (B) desconsiderando o setor 5.**



**Figura 9: Domicílios que combinam diferentes fontes de renda por setor.**

### 3.2.8 Associativismo

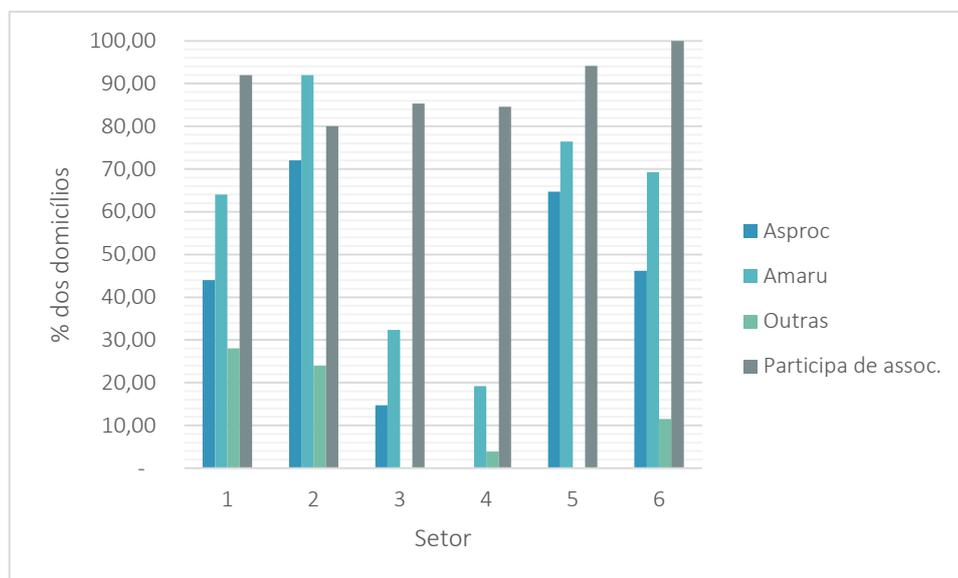
O associativismo é bastante forte na RDS. É mais presente nos setores 1 e 6, e menos presente nos setores 4 e 5. Isso surpreende, já que o setor 5 tem recebido bastante atenção das associações (Figura 10). Por causa disso, esse dado foi considerado pouco confiável.



**Figura 10: Percentual de domicílios que pertencem a associação.**

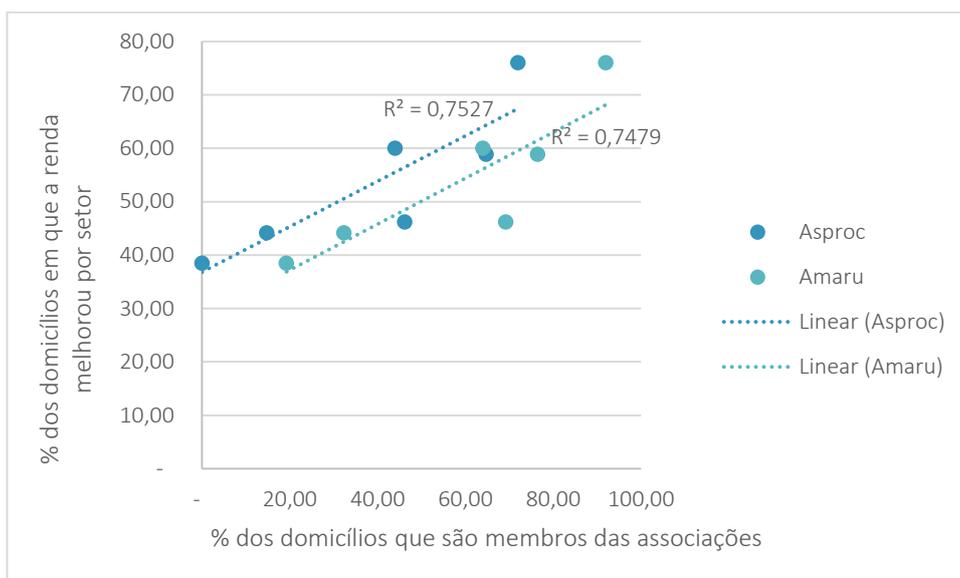
Dois associações mais fortes: Associação de Moradores Agroextrativistas da RDS de Uacari (Amaru), a mais frequente (61% dos domicílios), e a Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) (43%). Essas associações são mais fortes

nos setores 2, 5 e 6, e mais fracas nos setores 3 e 4, onde uma baixa proporção dos domicílios se dizem membros (Figura 11). Uma diferença entre os dados do questionário e a percepção da comunidade é que em Morro Alto, todos são da Amaru, e a participação na Amaru é percebida como maior. A participação na Asproc pode se dar pelo familiar mais velho, o que contempla os filhos e suas famílias.



**Figura 11: Porcentual dos domicílios que pertencem a associação e que são ativos participantes.**

A participação nas associações é muito importante na melhoria da renda dos domicílios da RDS. Quanto maior a proporção dos domicílios dos setores que participa da Asproc, Amaru, e quanto mais ativamente participam, maior a proporção em que a renda melhorou nos últimos 5 anos. Os setores onde há maior proporção de domicílios associados à Asproc ou à Amaru tiveram a maior proporção de domicílios que percebem que a renda melhorou de cinco anos para cá. Isso sugere uma influência positiva das associações sobre a melhoria da renda (Figura 12).



**Figura 12: Relação entre Asproc, Amaru e a melhoria da renda.**

### 3.2.9 Religião

Pouco mais da metade dos domicílios são católicos. O segundo grupo de religiões mais praticadas é o dos evangélicos, de diversas denominações.

## 5 Uso dos Recursos Naturais



## 4 USO DOS RECURSOS NATURAIS

As Figuras a seguir mostram os mapas de uso dos recursos naturais com os ajustes realizados depois da devolutiva realizada no mês de junho de 2018.

Os únicos usos cujos mapas foram alterados nas reuniões setoriais foram roçados e gado, além da localização de algumas comunidades. Os demais usos são definidos pela localização das espécies, e foi considerado pela comunidade que essa localização não mudou desde a elaboração do Plano de Gestão em 2008. Entretanto, nem agora, nem em 2008, esses mapas refletem uso real, mas sim um uso potencial, devido à presença conhecida pelas comunidades das espécies com potencial de exploração. Assim, esses mapas funcionam como um levantamento de área potencial no Zoneamento da UC.

Algumas áreas de roçado e de gado foram desativadas, respectivamente, 289 ha e 1.342 ha (Figuras 13 e 14).

As áreas desativadas de roçados e gado devem continuar como Zona de Uso Intensivo no Zoneamento da RDS, pois permitem a adaptação dos moradores a diferentes condições socioeconômicas, climáticas, populacionais e de ciclos de vida.

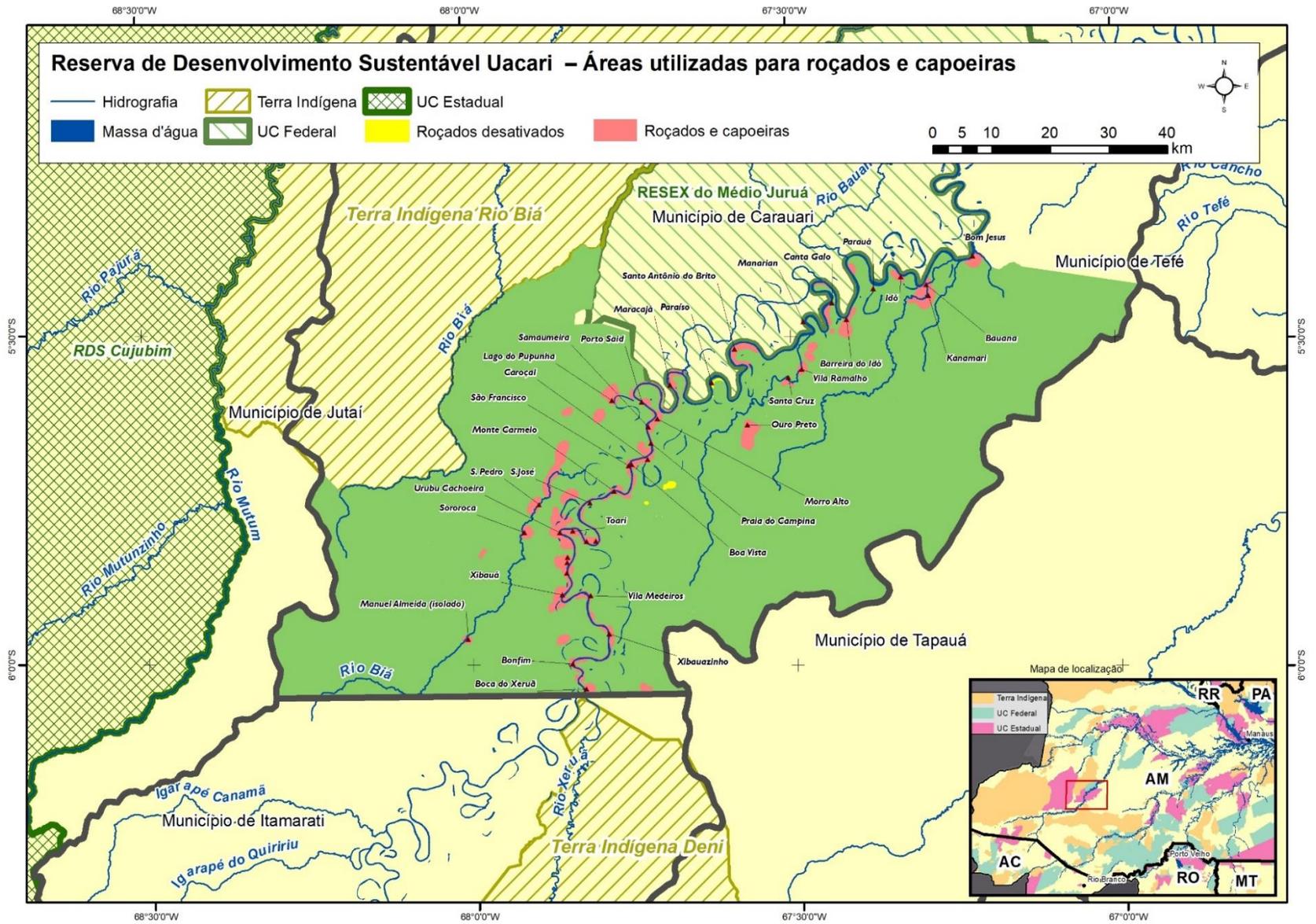


Figura 13: Mapa de áreas de Roçado.

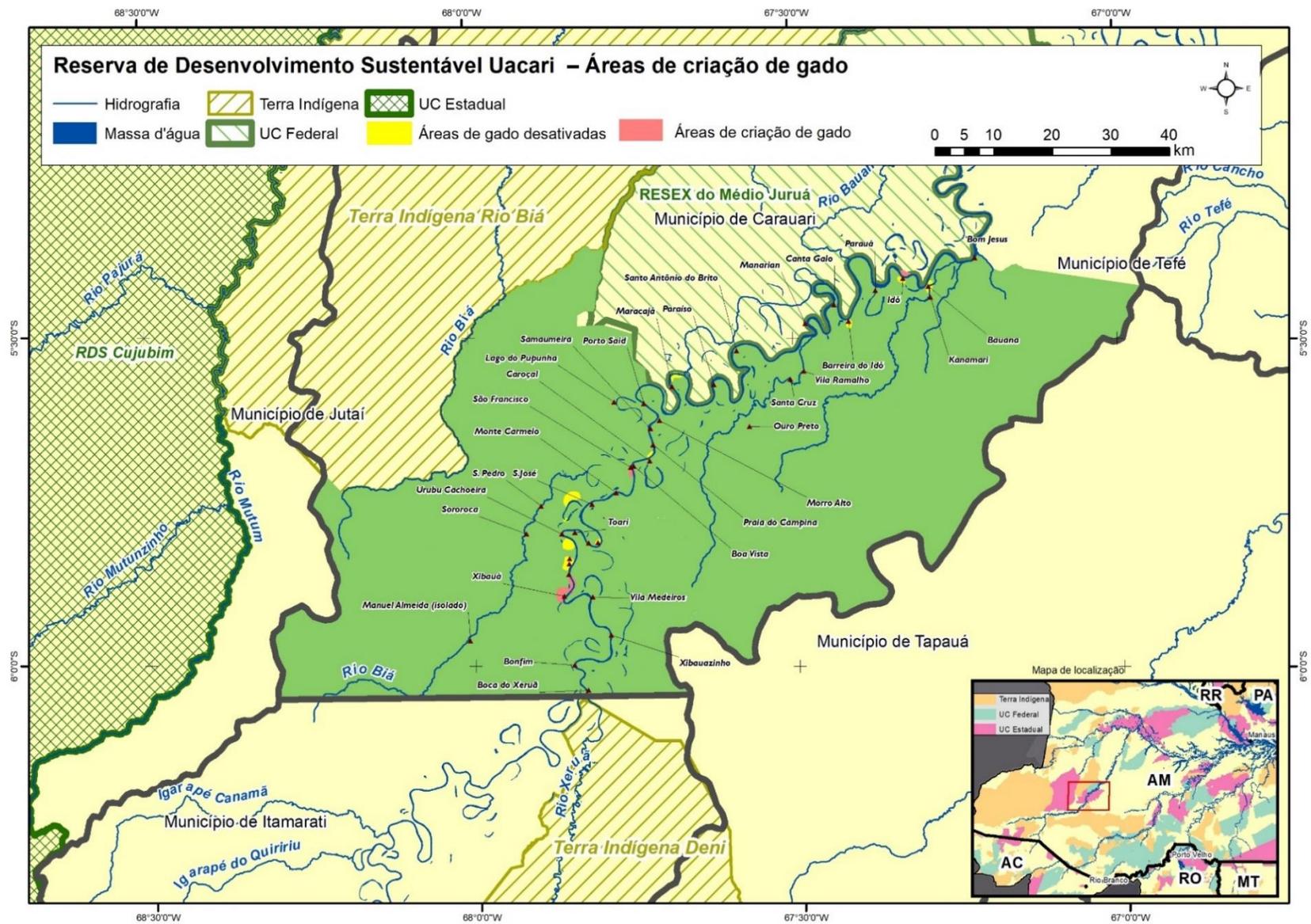


Figura 14: Mapa de áreas de gado.

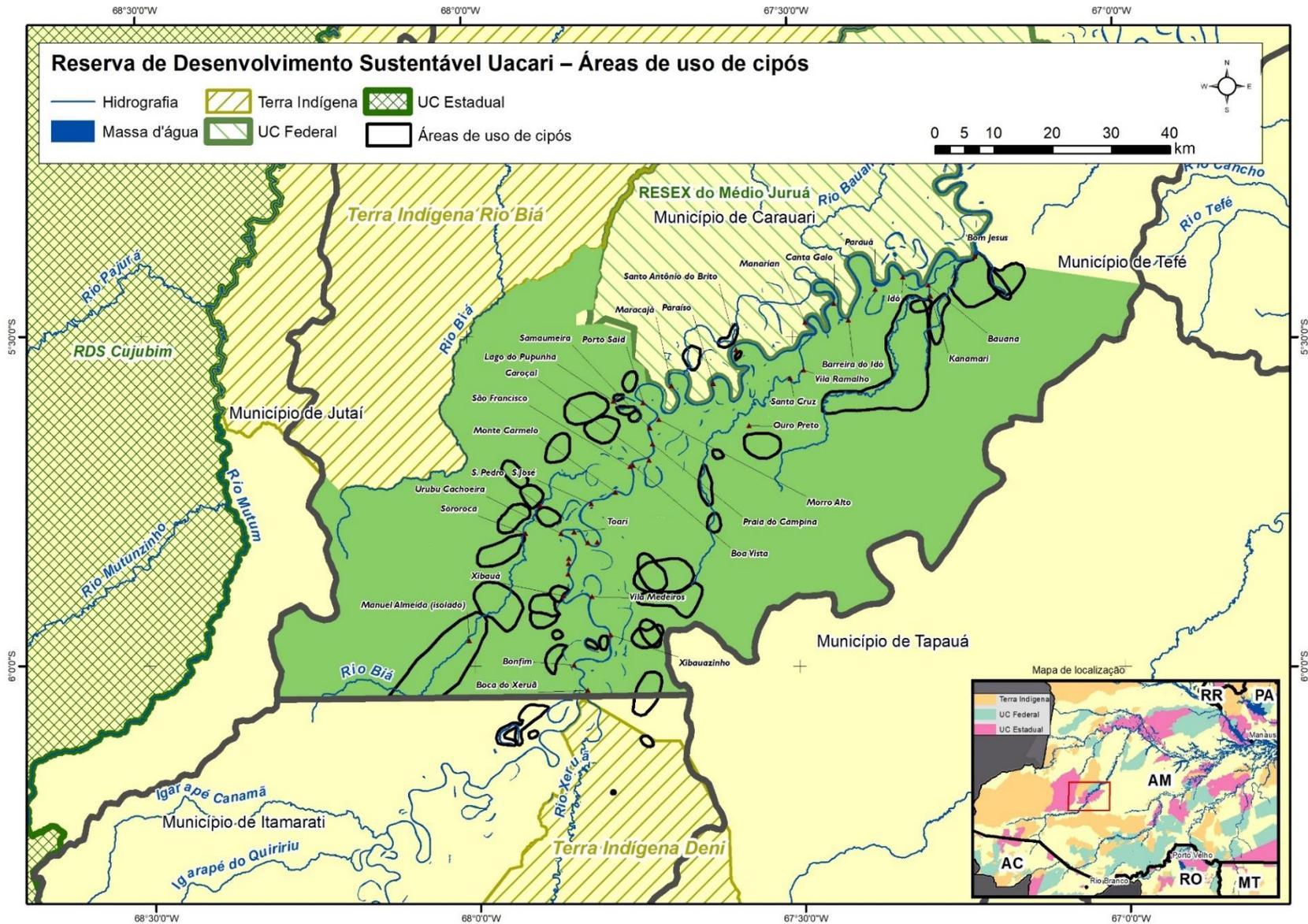


Figura 15: Mapa de utilização de cipós apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.

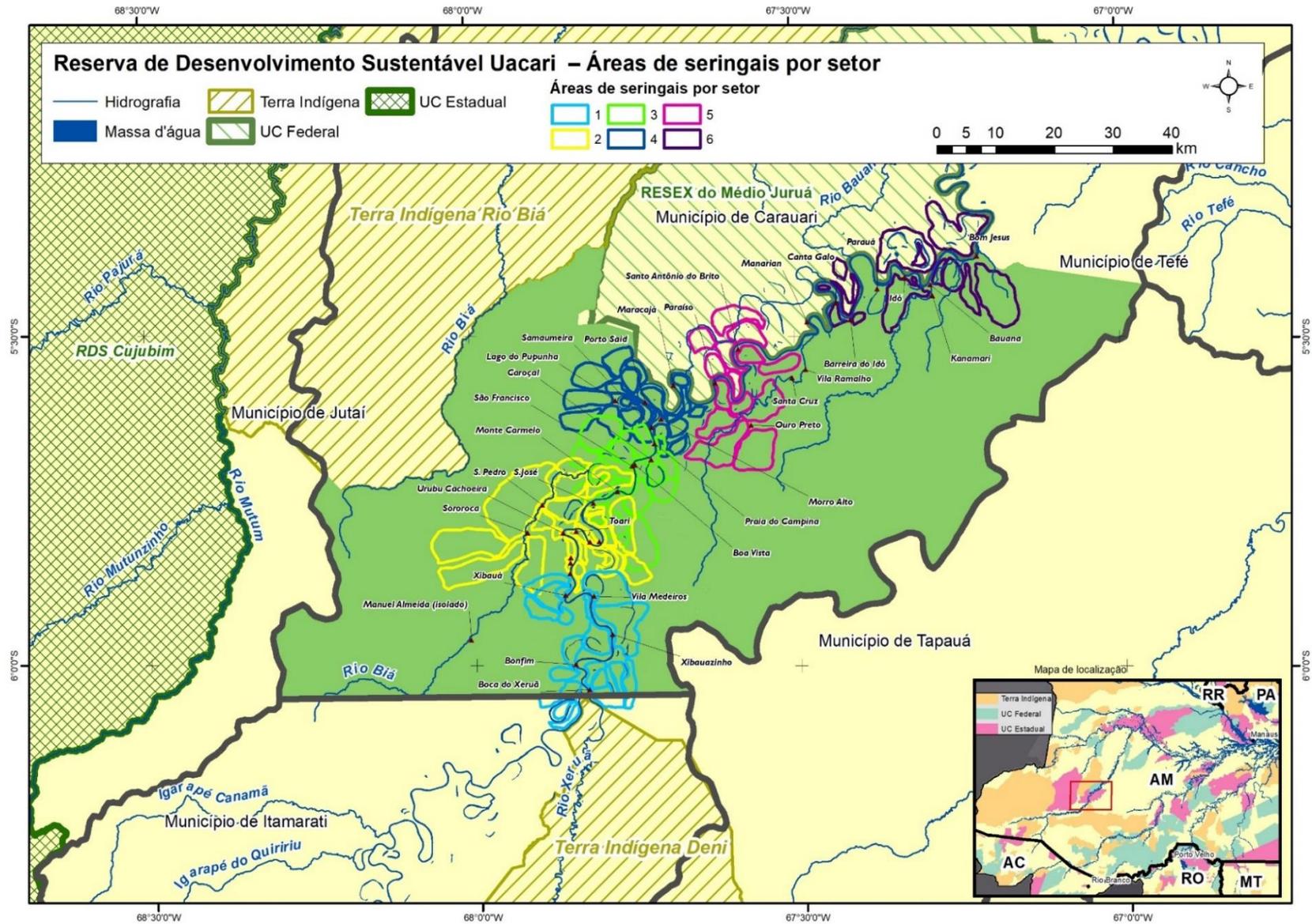


Figura 16: Mapa de utilização de seringais apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.

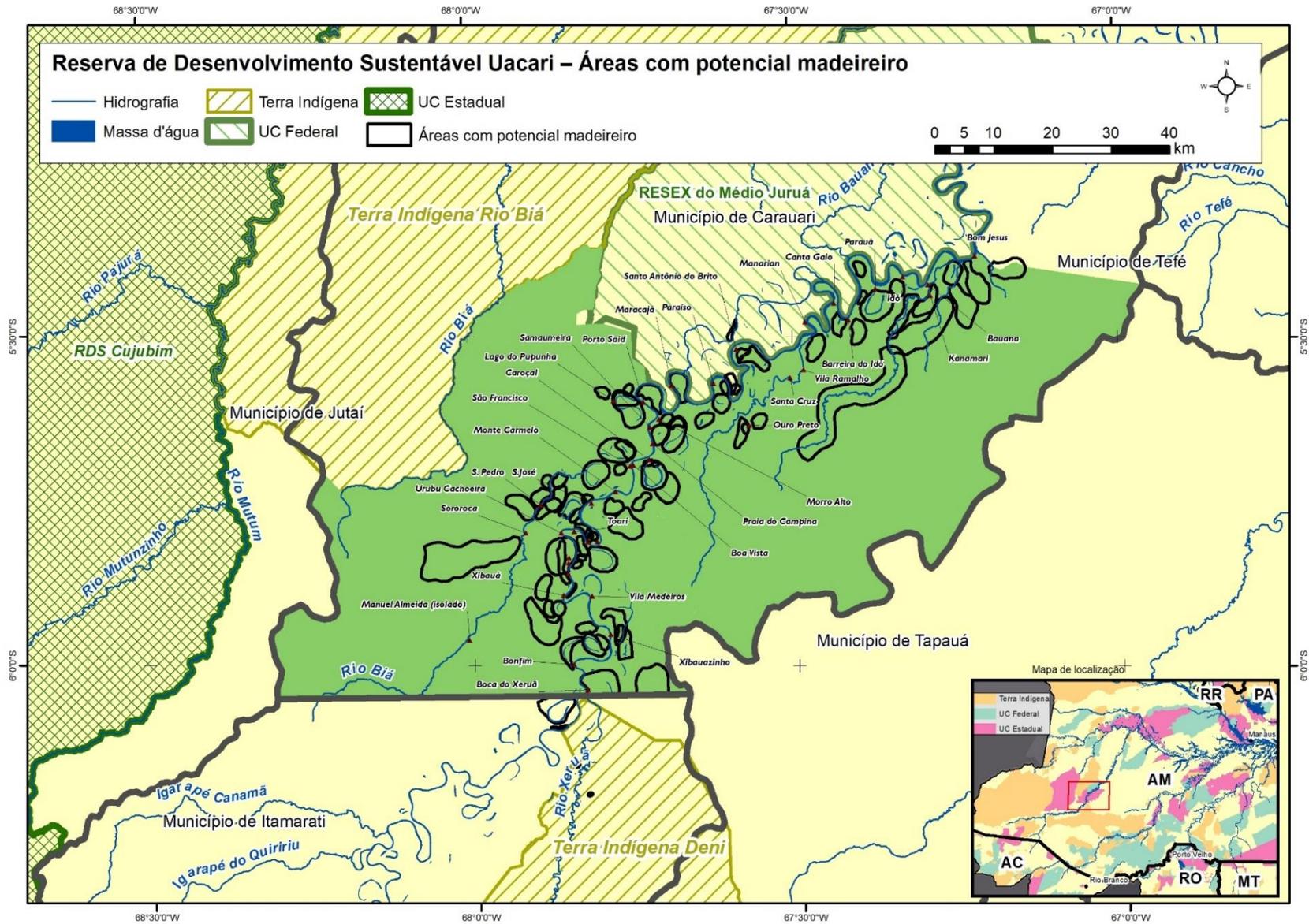


Figura 17: Mapa de áreas potenciais para exploração de madeira apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.

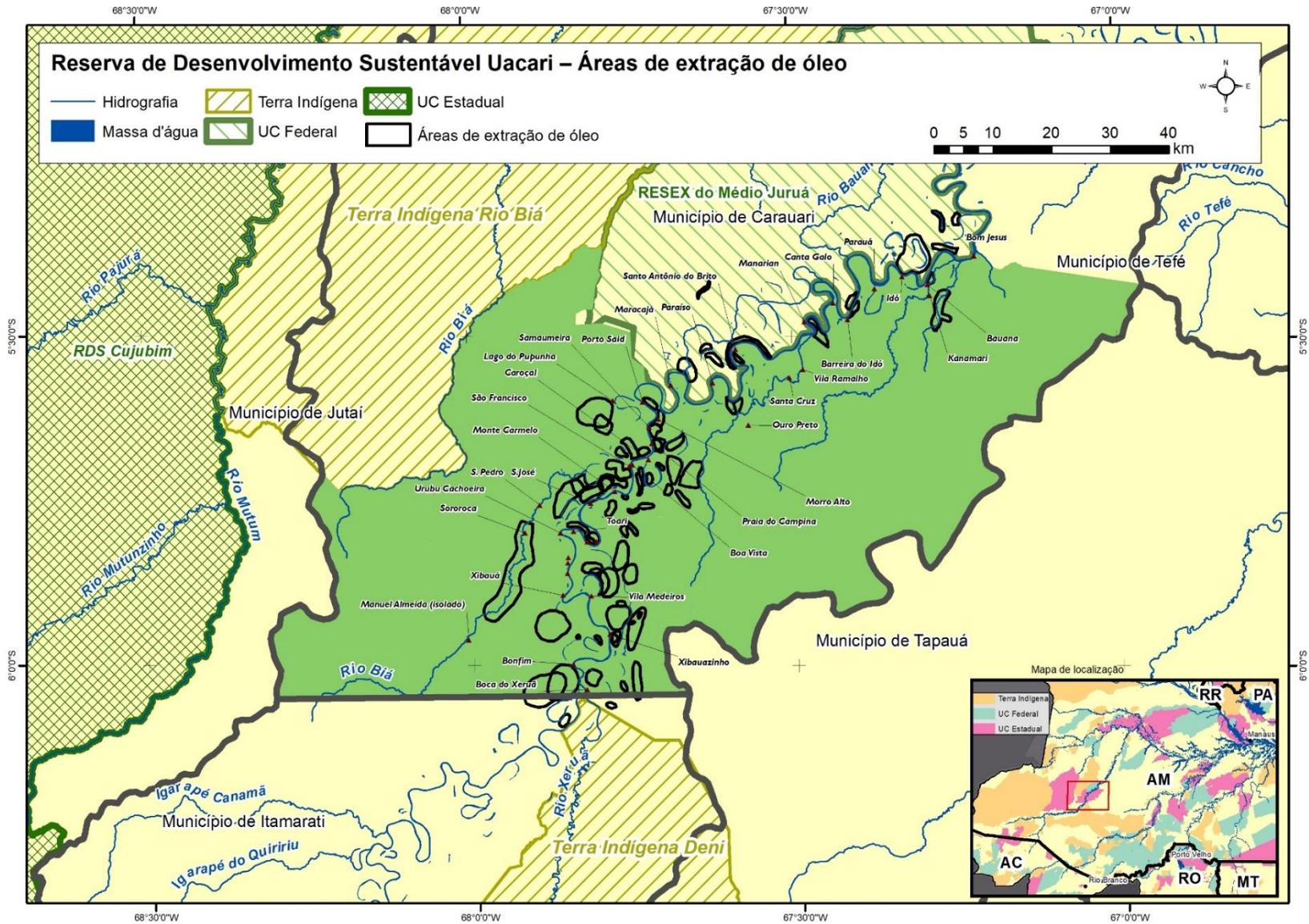


Figura 18: Mapa de áreas com exploração de sementes oleaginosas, apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.

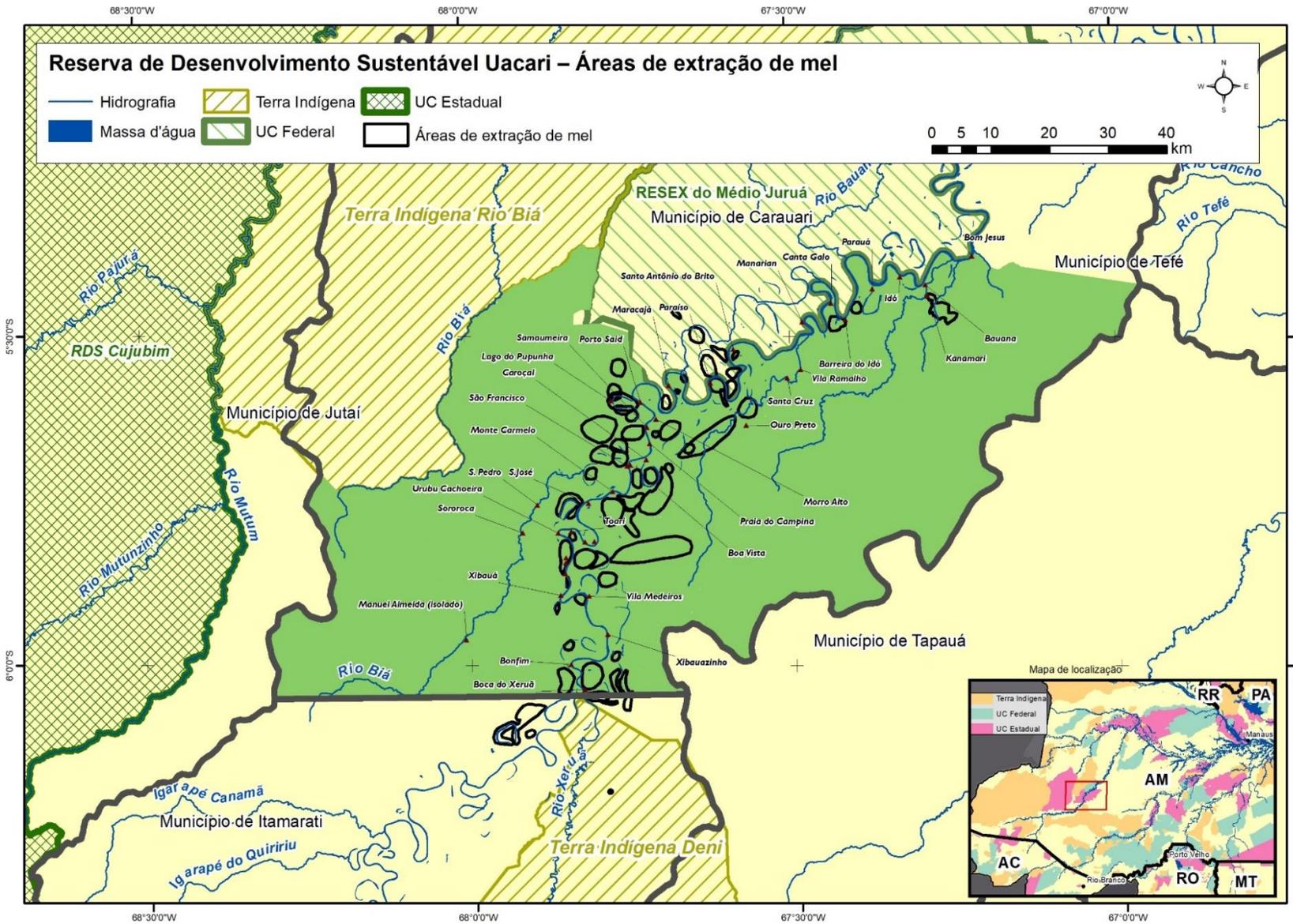


Figura 19: Mapa de áreas com exploração de mel, apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.

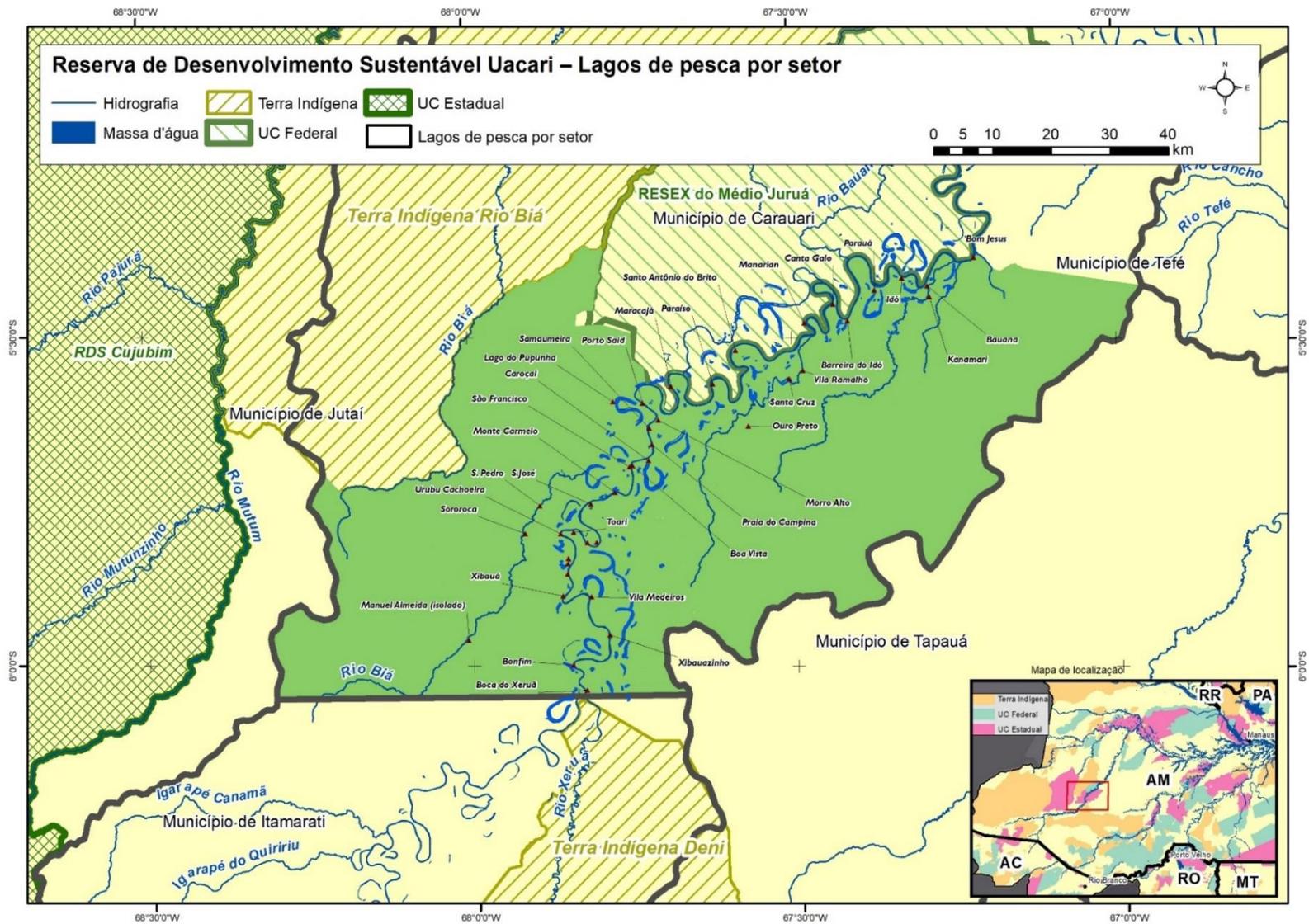


Figura 20: Mapa dos lagos, apresentado nas 3 oficinas setoriais sem alterações.

## 6 Aspectos Institucionais



## **5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS**

### **5.1 RECURSOS HUMANOS E INFRAESTRUTURA**

A gestão da RDS de Uacari é de responsabilidade da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas, por meio do seu Departamento de Mudanças Climáticas e Unidades de Conservação (Demuc), que mantém um técnico lotado em Carauari, atuando como chefe da UC. Esse técnico recebe, esporadicamente, o apoio de um técnico agrícola. Assim, a RDS possui hoje menos equipe que tinha em 2008, quando tinha uma Coordenadora Operacional, um técnico agrícola e um articulador de comunidade que é também o presidente da Amaru (atualmente, o presidente da Amaru continua

Por meio de parcerias, a RDS possui um escritório em Carauari, com alguns equipamentos, onde é possível realizar reuniões. A RDS também tem uma pick-up leve.

Na própria RDS, há duas bases, estabelecidas em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS): na comunidade Bauana e na localidade Praia do Campina. Nessas localidades, há infraestrutura para reuniões, cozinha coletiva e alojamentos.

O Demuc é reconhecido pelos moradores da RDS, mas estes apontam problema de falta de pessoal (a sugestão das comunidades é pelo menos 5 técnicos, além de pessoal administrativo). Os moradores sentem falta dos três guardas-parques que existiam no início da RDS e pedem a presença do IPAAM no município.

### **5.2 ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS E ORGANIZAÇÕES PARCEIRAS**

#### **5.2.1 Associação dos Moradores Agro-Extrativistas da RDS de Uacari (Amaru)**

A Amaru é a associação representativa exclusiva dos moradores da RDS de Uacari. Foi criada no I Encontro de Moradores da RDS de Uacari, em agosto de 2005, e tem como objetivo e responsabilidade representar os moradores da RDS de Uacari junto ao órgão gestor da unidade e demais instituições governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, para

garantir a efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

A Amaru tem cinco funcionários, pagos por um projeto que está terminando. Tem duas sedes: uma na cidade, em terreno cedido pela Asproc, e uma na RDS. Na reunião de revisão do Plano de Gestão nos setores 1 e 2, foi apontado que a Amaru precisa ser fortalecida e que deveria ser o canal preferencial de entrada de recursos de projetos na RDS. Nos setores 3 e 4, foram valorizadas a busca por melhorias e a transparência. Nos setores 5 e 6, a luta por planos de manejo.

#### 5.2.2 Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc)

A Asproc tem grande participação na viabilização econômica da RDS de Uacari, apoiando projetos produtivos e mantendo cantinas para apoio à comercialização. Também viabilizou o projeto de saneamento, que será renovado também com o apoio da Asproc. Na reunião de revisão do Plano de Gestão nos setores 1 e 2, foi enfatizado que a Asproc é ótima captadora de recursos para projetos produtivos. Nos setores 3 e 4, destacaram as cantinas e apoio ao manejo do pirarucu. Nos setores 5 e 6, foi valorizado o papel histórico da Asproc na luta pela RDS e pela independência dos seringueiros em relação aos patrões.

#### 5.2.3 Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá (Asmamj)

A Asmamj está recomençando suas atividades.

#### 5.2.4 Fundação Amazonas Sustentável (FAS)

A FAS é uma organização não governamental muito importante para a implementação da RDS de Uacari, atuando em parceria com a SEMA. Atualmente, a FAS implementa o Programa Bolsa Floresta, na sua modalidade família. Na reunião de revisão do Plano de Gestão nos setores 1 e 2, uma extensa lista de benefícios trazidos pela FAS foram citados, como melhoria de renda, sistema de energia, rádio, bolsa-família familiar, bolsa associação, apoio à casa familiar rural e apoio ao manejo de pirarucu. Dos parceiros, é o que mais investe na RDS, apesar de ter reduzido sua atuação recentemente. Nos

setores 3 e 4, o Programa Bolsa Floresta foi muito valorizado, mas foi apontado que houve uma queda.

#### 5.2.5 Natura

A empresa Natura compra produtos da RDS de Uacari, mas não demanda todos os anos. Na reunião dos Setores 1 e 2, foi apontado que o planejamento da demanda poderia ser mais sincronizado com o ciclo de produção. A Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (Codaemj) adquire os produtos para a Natura, que também destina recursos para o Projeto de Repartição de Benefícios.

#### 5.2.6 A Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária da Reserva Extrativista do Médio Juruá (Codaemj)

A Codaemj tem boa estrutura e faz o beneficiamento do óleo. Tem alguns limites de capital de giro para adquirir a produção.

#### 5.2.7 Prefeitura Municipal de Carauari

A Prefeitura de Carauari é responsável pela educação e saúde na RDS. Também apoiou a comunidade de Xibauzinho para mudar as casas de lugar. A experiência de cada comunidade com a prefeitura varia.

#### 5.2.8 Operação Amazônia Nativa (OPAN)

A OPAN é uma organização que implementa ações na TI Dení, mas também apoia as ações de conservação de quelônios na RDS. Um barco será doado à Amaru, para ser usado no apoio às cadeias produtivas.

#### 5.2.9 Sitawi

A Sitawi apoia alternativas econômicas na região do Médio Juruá com recursos da USAID, sendo um parceiro flexível para implementação das ações.

#### 5.2.10 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

O ICMBio é gestor da Reserva Extrativista do Médio Juruá e realiza ações conjuntas com a RDS, especialmente na fiscalização de atividades ilegais.

#### 5.2.11 Instituto de Desenvolvimento do Amazonas (IDAM)

O IDAM é o órgão de assistência técnica e extensão rural do Amazonas. A comunidade destaca seu apoio nos planos de manejo florestais e na obtenção das declarações de aptidão do produtor (DAP).

#### 5.2.12 Complementaridade entre as Instituições

A RDS mobiliza muitos parceiros, que se complementam e colaboram para o resultado. Esse senso de equipe é muito importante para o sucesso da RDS.

### 5.3 ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

As comunidades apresentam diferentes níveis de organização, dependendo de sua composição, tempo na RDS e outros fatores. Uma atividade de autoavaliação dessa organização foi realizada nas reuniões setoriais de revisão do Plano de Gestão.

Segundo a autoavaliação, a Comunidade Xibauá é referência em organização, mas possui ainda algumas carências básicas de difícil resolução, como energia. A Comunidade Cachoeira tem baixa participação e os representantes se sentem pouco apoiados. Na comunidade Vila Medeiros, são feitas reuniões e a comunidade é muito unida, participando nas iniciativas de coleta de sementes. A Comunidade Xibauzinho, que era muito individualista no passado, hoje enfatiza a organização coletiva e fazem parcerias. Na Toari, a comunidade é unida e organizada e todos entendem a importância da RDS.

A Comunidade Monte Carmelo está retomando sua organização, pois estavam sem lideranças até há pouco tempo. Na Boa Vista, prevalece o individualismo e falta o espírito de comunidade, apesar de ter projetos e melhorias comunitárias. Na São Francisco, a organização precisa ser fortalecida, mas conseguem fazer ações coletivas, como o trapiche, que foi

feito por conta própria. Na Caroçal, quase não há organização, apesar de ter melhorado. Na São José, está começando, mas as pessoas não gostam de ir às reuniões gerais. A Comunidade Samaumeira sabe se organizar, buscam ajuda nas comunidades vizinhas e nas organizações, e todo mundo participa. Os representantes de Morro Alto sempre participam das reuniões e ajudam nas comunidades vizinhas (por exemplo, ajudaram na compra de gerador para Lago do Pupunha). Já em Porto Said, há a impressão de que são mais individualistas e falta união, mas quando tem trabalhos comunitários, todos ajudam. Os moradores de Lago do Pupunha participam bastante e têm uma visão positiva do processo de organização. Estão construindo uma escola e uma igreja.

A Comunidade Bauana está com nova liderança, recomeçando os trabalhos de organização. Na Bom Jesus, com quase 200 pessoas, apenas 20 ou 30 não participam. Na Santo Antônio do Brito a liderança está começando, assim como na Canta Galo, que estava sem líder. Na Ouro Preto, há muita gente que não se interessa na participação, mas fazem reunião mensal. Na Barreira do Idó, a comunidade participa das reuniões mas há muitos que não comparecem. O líder se sente sobrecarregado.

Essa situação das comunidades é muito dinâmica. Primeiro, porque é a descrição a partir da percepção dos representantes das comunidades nas reuniões setoriais de revisão do Plano de Gestão (assim, não incluem todas as comunidades). Além disso, depende da vida e circunstâncias individuais dos líderes.

#### 5.4 DIVISÃO SETORIAL

Além das instâncias de gestão formais, RDS tem um modelo de agrupamento por Setores, que agrega comunidades em função da proximidade geográfica entre elas. São seis setores iniciando a montante da reserva (Tabela 5).

Essa estrutura facilita as atividades de educação e mobilização das comunidades, permitindo reuniões com representantes e a tomada de decisões.

**Tabela 5: Comunidades agrupadas em Setores na RDS de Uacari.**

<b>Setor</b>	<b>Comunidades</b>
<b>Setor 1</b>	Boca do Xeruã
	Bonfim
	Xibauzinho
	Vila Medeiros
	Xibaua
<b>Setor 2</b>	Belo Monte
	Urubu Cachoeira
	Toari
	Itanga
	Sororoca
	São José
	Sr. Manoel
	Monte Carmelo
<b>Setor 3</b>	Praia do Campina
	Boa Vista
	S. Francisco
	Caroçal
	Samaumeira
	Morro Alto
<b>Setor 4</b>	Lago do Pupunha
	Porto Said
	Maracajá
	Montedouro
	Paraíso
	Ouro Preto
	Sto. Antonio do Brito
<b>Setor 5</b>	Barreira do Idó

<b>Setor</b>	<b>Comunidades</b>
	Idó
	Parauá
	Remanso
<b>Setor 6</b>	Bauana
	Bom Jesus

## 7 Declaração de Significância



## 6 DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

A RDS de Uacari encontra-se numa das áreas mais conservadas da Amazônia Ocidental, sendo 55% ocupada por florestas de terra firme e 45% por florestas alagáveis de várzea e igapó. Possui quatro tipos de vegetação principais, todas dependentes do clima úmido, diferenciadas entre si de acordo com a sua distribuição em terreno formado por sedimentos trazidos pelos rios ou de terras baixas e pela presença constante ou não de palmeiras.

Na lista de Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira (MMA, 2007), a área onde a RDS de Uacari está inserida é considerada como de importância biológica Extremamente Alta, com Prioridade Alta de ação.

Em sua área já foram registradas, somente com inventários rápidos, 251 espécies de aves e 43 de mamíferos. O número de espécies de primatas pode chegar a 21, o que daria a RDS de Uacari o posto de unidade de conservação com o maior número de espécies de primatas do mundo.

A RDS de Uacari tem um papel estratégico na proteção de mais de cem lagos importantes para a reprodução de peixes, répteis e anfíbios. Além disso, contempla dezenas de praias, incluindo praias protegidas como importantes tabuleiros de desova de quelônios aquáticos, um trabalho reconhecido e realizado pelas comunidades residentes.

A primeira versão do Plano de Gestão aponta que, das espécies de mamíferos encontradas na lista da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (2005), e que foram identificadas na área da RDS, constam na categoria de vulnerável: o tatu-canastra (*Priodontes maximus*), o tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*), Uacari-Branco (*Cacajao calvus*), Cachorro-vinagre (*Speothos venaticus*), Onçapintada (*Panthera onca*); o gato-maracajá (*Leopardus wiedii*); a onça-vermelha (*Puma concolor*); a ariranha (*Pteronura brasiliensis*); e peixe-boi (*Trichechus inungis*). Segundo a lista vermelha das espécies ameaçadas de extinção da IUCN (2009), apenas a ariranha encontra-se ameaçada de extinção. Peixe-boi, tatu-canastra e Uacari-branco encontram-se na categoria vulnerável enquanto os demais acima listados estão classificados como quase ameaçadas.

Com novas pesquisas, o número de espécies de aves encontradas (251) tem potencial de ser dobrado. A região da UC pertence ao Centro de Endemismo Inambari (Haffer 1978, Cracraft 1985), com possibilidade de ocorrência de mais de 100 espécies endêmicas de aves. Na reserva também podemos encontrar aves migrantes de ambos os hemisférios.

Das espécies de répteis registradas na RDS, 14 se encontram listadas no Apêndice II da *Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* – CITES e outras cinco (um jacaré e quatro quelônios) se encontram na Lista Vermelha de Animais ameaçados da IUCN.

Das espécies da ictiofauna, segundo a lista de espécies sobre-explotados ou ameaçadas de sobreexploração (IN 05/2004 do MMA), constam o tambaqui (*Colossoma macropomun*), que tem uma proibição anual de seis meses para a pesca comercial em toda a bacia amazônica (IN 35/2005 do MMA), o Jaú (*Zungaro zungaro*) e o pirarucu (*Arapaima gigas*), que tem sua pesca proibida ao longo de todo o ano no estado do Amazonas (ação complementar das IN 034 e 035 de 2004).

Das espécies da flora, são consideradas vulneráveis a sucupira (*Bowdichia nitida*), ucuúba (*Virola surinamensis*), castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*) e o Amarelinho (*Euxylophora paraensis*) encontradas na RDS de Uacari.

Na RDS habitam aproximadamente 1300 pessoas, distribuídas em 33 comunidades/localidades, em sua totalidade considerada como população tradicional definida pelo Decreto nº 6.040 de fevereiro de 2007.

A região tem um antigo histórico de organização social, promovido prioritariamente pelos movimentos de educação de base religiosos. Sua população é essencialmente de ribeirinhos agroextrativistas, que tinham sua renda proveniente prioritariamente da extração de látex de seringa, no sistema de comercialização patronal, que culminou com o surgimento de lideranças e organizações ativas na luta pela melhoria da qualidade de vida na região. Preocupados com a pressão sobre o recurso pesqueiro, principal fonte proteica da população ribeirinha do Médio Juruá estas organizações trabalharam desde o início da década de 90 pela criação de áreas protegidas de uso sustentável, o

que resultou na criação da RESEX do Médio Juruá e mais tarde da RDS de Uacari.

O conflito pelo uso dos recursos pesqueiros na região do Médio Juruá, dada a sua importância desta atividade para a subsistência local e economia regional, gerou o estabelecimento de um acordo de uso de lagos (final de 2004) em busca de um ordenamento da pesca, que tem nas unidades de conservação (Resex Médio Juruá e RDS de Uacari) a sua perspectiva de implementação e aprimoramento.

Estas características de riqueza de recursos e uma população ativa tornaram a área própria para a criação desta categoria de UC com forte potencial para o desenvolvimento do manejo pesqueiro, podendo ser desenvolvido em parceria com pescadores profissionais e também manejo de espécies não madeireiras para produção de borracha e óleos vegetais. Parte desta produção é objeto de parcerias com a iniciativa privada, destacando o potencial de desenvolvimento de sistemas produtivos de base extrativista nesta região.

A região do Médio Rio Juruá, onde a RDS de Uacari está localizada, é composta por um conjunto de áreas protegidas, englobando a própria RDS de Uacari, a RESEX do Médio Juruá e as Terras indígenas Deni e Biá, que por sua vez se conectam a outras áreas protegidas, formando um grande bloco de conservação. Faz parte também do Corredor Central da Amazônia, uma porção de 52 milhões de hectares, que visa a conservação dessa enorme área, com a manutenção da conectividade dos ambientes nele inseridos.

Os limites da RDS de Uacari são complementares ao desenho da RESEX do Médio Juruá, incluindo comunidades que ficaram de fora desta e protegendo ambas as margens do Rio Juruá.

Ocorrem dentro da RDS diversos títulos de propriedade requeridos, mas que não vêm representando conflitos de uso com os moradores das comunidades tradicionais, corroborando assim com a categoria escolhida para esta UC, de acordo com o SNUC e o SEUC.

De acordo com toda a importância biológica e social identificada nesta região e em busca da complementariedade no SNUC, ressalta-se a coerência e pertinência da criação da RDS de Uacari com estes limites e categoria.

# **Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari**

**Primeira Revisão**

**VOLUME II**

**Carauari – Amazonas**

**2018**

# 1 INTRODUÇÃO

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) de Uacari é uma unidade de conservação estadual do Amazonas, com 632.949,023 hectares, criada em 2005. Está localizada na região do Médio Juruá, às margens do rio Juruá, no município de Carauari, estado do Amazonas.

Conforme descrito no Volume I, o Plano de Gestão é um documento técnico e gerencial, elaborado com base nos objetivos da unidade de conservação, e que abrange a área da unidade de conservação, sua *zona de amortecimento* e os *corredores ecológicos*, quando houver.

O Plano é dividido em dois volumes. O Volume I do Plano de Gestão contém a descrição e diagnóstico da unidade de conservação. O Volume II trata do planejamento. Assim, este volume apresenta a Análise Estratégica, os Programas de Gestão, o Zoneamento e as Regras da unidade de conservação.

## 2 MISSÃO DA RDS DE UACARI

A missão da RDS de Uacari é:

**Garantir o direito de uso da terra e dos recursos naturais, melhorar a qualidade de vida, fortalecer a identidade cultural e a organização comunitária da população tradicional do Médio Juruá, conservando a natureza e contribuindo para economia local sustentável.**

## 3 VISÃO

A Visão para a RDS de Uacari em 2030 é

**Uma unidade de conservação bem cuidada, organizada, onde as regras são cumpridas. Em todas as comunidades, haverá saneamento e água potável, acesso a atendimento básico de saúde e atendimento de emergência, acesso à educação de qualidade para crianças, jovens e adultos, energia 24h (de preferência de fontes limpas) e moradia digna. O uso de drogas será reduzido. Haverá muita produção agroextrativista, com diminuição da área desmatada, melhorando a renda dos moradores. Haverá apoio à valorização dos produtos. Haverá manejo sustentável para a conservação e consumo de caça, os bichos de casco e jacaré. A cultura será fortalecida. As mulheres serão fortalecidas, com igualdade de direitos e deveres. Assim, a qualidade de vida de todos os comunitários será excelente, e eles cuidarão dos recursos para as presentes**

e futuras gerações, e participarão mais da gestão (incluindo mulheres e jovens). O governo apoiará a RDS, fiscalizará e punirá os crimes ambientais. A RDS contribuirá significativamente para a economia e geração de empregos no município de Carauari. Assim, a RDS se tornará um exemplo de organização comunitária e gestão participativa de unidade de conservação para Amazônia e para o mundo.

## 4 ANÁLISE ESTRATÉGICA

### 4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A Análise Estratégica foi realizada em uma Oficina de Planejamento Participativo (OPP), realizada nos dias 25, 26 e 27 de setembro de 2018, em Carauari, com representantes das comunidades e do Conselho Deliberativo da RDS de Uacari, e complementada posteriormente pela equipe técnica. Na OPP, foi utilizada a Análise Estratégica para Planejamento de Unidades de Conservação Baseada em Serviços Ecosistêmicos, proposta por Ronaldo Weigand Jr. Essa abordagem parte do conceito de Serviços Ecosistêmicos, que são os benefícios gerados pelos ecossistemas. Durante a análise estratégica, outros benefícios resultantes da existência da unidade de conservação também podem ser considerados. Essa abordagem inclui os seguintes passos:

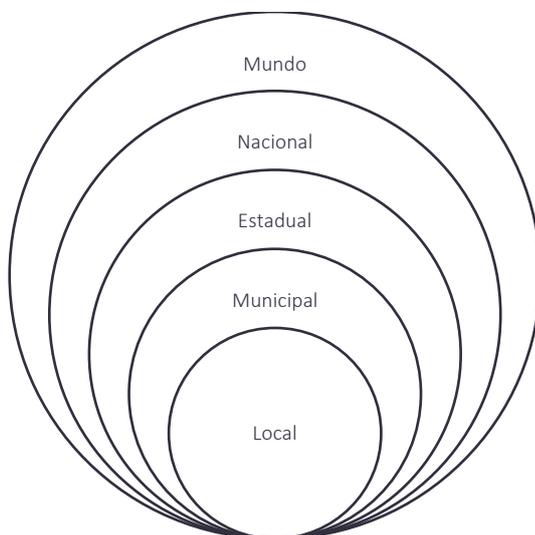
- i. Listar serviços ecosistêmicos (benefícios da natureza)
- ii. Resgatar o histórico e realizar a projeção futura dos serviços ecosistêmicos
- iii. Identificar os fatores determinantes da evolução dos serviços ecosistêmicos
- iv. Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças (FOFA)
- v. Objetivos Estratégicos

#### 4.1.1 Listar serviços ecosistêmicos (benefícios da natureza)

Na OPP, considerando a pouca familiaridade do público com o termo “serviços ecosistêmicos”, estes também foram chamados de “benefícios da natureza”. Para cada *serviço ecosistêmico* ou *benefício da natureza*, há *beneficiários*, que podem estar em diferentes *círculos* ou *esferas* (Figura 28):

- Local: na própria UC.
- Municipal: no município onde está localizada a UC.
- Estadual: no Estado onde está localizada a UC.

- Nacional: quando o serviço ecossistêmico/benefício alcança outros estados.
- Mundo ou planetária: quando o serviço ecossistêmico/benefício vai além do país.



**Figura 21: Círculos ou esferas dos beneficiários dos serviços ecossistêmicos.**

*Beneficiários* podem ser a natureza, pessoas, comunidades, empresas, categorias, instituições e governos. Para mapear os serviços ecossistêmicos e seus beneficiários, foi feita uma “chuva de ideias” por esfera ou círculo, utilizando tarjetas (Figura 2).



**Figura 22: Chuva de ideias dos serviços ecossistêmicos da RDS de Uacari.**

#### 4.1.2 Histórico e projeção dos serviços ecossistêmicos

Depois de mapear os SEs, a equipe consolidou as ideias e agrupou para posterior discussão em grupos. Para cada SE, os grupos deveriam identificar os beneficiários, e em seguida fazer um histórico, com projeções para o futuro e para situações hipotéticas sem a RDS no presente e no futuro.

SERVIÇO ECOSISTÊMICO (BENEFÍCIO)	AGAR	SERINGA	CIPOS MEL	SEMENTES	MADEIRA
BENEFICIÁRIO	COMUNIDADES E MUNICÍPIOS	COMUNIDADES E MUNICÍPIOS <del>EM</del> DISTANTES	COMUNIDADES E MUNICÍPIOS	COMUNIDADES MUNICÍPIO ESTADO MUNDO	COMUNIDADES
2005	05	07	07	05	04
2018	08	09	09	08	08
2018 SEM RDS	03	05	05	03	02
2030	10	10	10	10	10
2030 SEM RDS	02	03	03	02	01
DETERMINANTE	*MAIORES CIDADOS *AUMENTO DO PLANTIO	*MAIORES CIDADOS	*MAIORES CIDADOS *AUMENTO DA CRIAÇÃO DE ABELHAS *VALORIZAÇÃO DA MATÉRIA PRIMA	*MAIORES CIDADOS *AUMENTO NA PRODUÇÃO *VALORIZAÇÃO DA MATÉRIA PRIMA	*ATRAVÉS DAS LEIS

Figura 23: Resultado de um dos grupos de trabalho sobre os serviços ecossistêmicos.

#### 4.1.3 Determinantes da evolução dos serviços ecossistêmicos

Nos grupos, essa discussão levantou os fatores determinantes da evolução dos SEs. *Determinantes* são fatores positivos ou negativos que afetam a disponibilidade dos SEs, no passado, presente e futuro, e nas situações com e sem a RDS. Assim, os determinantes representam a explicação para a situação colocada e a para a sua possibilidade de mudança.

#### 4.1.4 Linha de base e adicionalidade

A situação sem a RDS passa a ser a “linha de base” para esses SEs, e a diferença entre a situação sem e a situação com RDS é a “adicionalidade” provida pela RDS considerando os fatores determinantes. Essa *adicionalidade* também é uma medida de resultado ou impacto da RDS, que reflete a sua *efetividade* de conservação.

Uma vez feito o histórico para cada SE, os determinantes foram consolidados numa tarjeta. Os resultados dos grupos foram apresentados em planária.

#### 4.1.5 Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças

Em seguida, os participantes da OPP, em plenária, elaboraram uma análise de Fortalezas, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (FOFA) para cada SE. Em alguns casos os SEs foram agrupados.

A análise FOFA envolve a identificação de fatores externos (ameaças e oportunidades) e de fatores internos (fortalezas e fraquezas). Os participantes às vezes consideraram esses conceitos confusos, embora os fatores tenham sido corretamente identificados, e trabalharam muito com pontos a favor e pontos contra. Uma classificação posterior deveria ser feita pelo consultor.

#### 4.1.6 Objetivos Estratégicos

Objetivos estratégicos consideram tanto o cenário desejado para os SEs em 2030, quanto os determinantes e a FOFA. Assim, eles envolvem melhorias também nos fatores internos<sup>17</sup>. Uma proposta de objetivos estratégicos foi então discutida pelo grupo de participantes pertencentes às instituições parceiras da RDS, que fizeram sua adequação e criaram uma lista de parceiros para cada SE.

Todos os resultados (as análises realizadas para cada SE, a FOFA, os objetivos estratégicos e os parceiros) foram então compilados numa planilha Excel e apresentados aos participantes para validação e complementação. Ao final do processo, estavam elaborados e validados os objetivos estratégicos e parceiros que comporão os Programas de Gestão da RDS.

#### 4.1.7 Complementação

Os resultados foram então complementados pelo consultor para apresentação e aprovação pelo Conselho Deliberativo da RDS de Uacari.

### 4.2 ANÁLISE ESTRATÉGICA

Após a Oficina, a análise estratégica foi dividida em **serviços ecossistêmicos e benéficos**:

---

<sup>17</sup> A busca por objetivos estratégicos relacionados com fatores internos resolve uma das fraquezas do planejamento, que geralmente é trabalhada por meio do Balanced Scorecard (BSC), abordagem que trata também da geração de objetivos estratégicos para processos, aprendizados e recursos (no caso de instituições sem fins lucrativos).

- sociais
- do agroextrativismo
- da pesca
- para recursos hídricos, biodiversidade e clima.
- para geração de empregos, projetos e políticas sociais, e pesquisa científica.

As Tabelas a seguir apresentam os resultados da Análise Estratégica:

**Tabela 6: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos e benefícios sociais.**

Aspecto	Direito à terra e moradia	Educação	Saúde	Identidade cultural
<b>Beneficiários</b>	Comunitários e suas gerações futuras	Comunitários	Comunitários	Comunitários, sociedade
<b>Histórico/ cenários</b>				
<b>2005</b>	2	3	1	5
<b>2018</b>	8	8	6	7
<b>2018 sem a RDS</b>	0	3	1	3
<b>2030</b>	10	10	8	8
<b>2030 sem a RDS</b>	0	3	1	2
<b>Determinantes</b>	Em 2005, a terra era dos latifundiários e os comunitários estavam com olhos vendados e explorados. Em 2018 tem CDRU coletivo por tempo indeterminado, só faltando o documento e a definição de como cada um será documentado. Complexidade burocrático e falta de recursos para indenizações. Mas sem a RDS não haveria essa garantia de direito. Espera-se que em 2030 tudo esteja concluído.	Em 2005, havia algumas escolas. Houve um trabalho do poder público. A comunidade organizada ajuda a mobilizar. Houve bastante capacitação na educação até 2018, com curso técnico. Em 2030, espera-se grande melhoria na educação. Sem a RDS em 2030, a diminuição da população causaria abandono da educação.	Em 2005, o atendimento à saúde era muito fraco. Houve um trabalho do poder público. A comunidade organizada ajuda a mobilizar. Mas a situação na saúde ainda é precária. Em 2030, pode ser melhorada, mas é difícil que fique 100%. Sem a RDS em 2030, a diminuição da população causaria abandono da saúde.	Antes da RDS, em 2005, havia identidade cultural. Apesar da tendência de perda da identidade, trabalhos foram realizados a partir de 2005, diminuindo a perda da identidade cultural até 2018. A cultura de mutirão se perdeu. Sem a RDS, haveria maior perda. Até 2030, espera-se fortalecer mais, mas sempre há perdas e a cultura se transforma.
<b>FOFA</b>				
<b>Fatores externos</b>				
<b>Ameaças</b>	Possibilidade de retorno dos proprietários. Sobreposição com propriedades impede projetos.		Falta de política de saúde ribeirinha, falta de profissionais, água contaminada, malária, ataques de morcego	Meios de comunicação (TV), Internet, o fato de igrejas não adotarem festejos, educação formal não condiz com a realidade local
<b>Oportunidades</b>	Fórum de Diálogo do Amazonas pode pressionar SPU e SPF pelo CDRU Coletivo.	No Campina: Escola Casa Familiar Rural, Curso Técnico Profissionalizante (EJA), Pedagogia do Campo. Em Carauari: Universidade Aberta do Brasil (especialização em ciências para	UBS fluvial	Internet e tecnologia bem usadas, igrejas no apoio ao convívio da família, escola como fonte de fortalecimento

Aspecto	Direito à terra e moradia	Educação	Saúde	Identidade cultural
		professores).		
<b>Fatores internos</b>				
<b>Fraquezas</b>	Falta da regularização fundiária e alguns títulos definitivos.	Falta acesso às escolas em algumas localidades e/ou o transporte escolar é precário. O ensino com classes multisseriadas prejudica a qualidade, pois a metodologia é inadequada. Poucos alunos é desafio para justificar turmas exclusivas para cada série.	Não tem frequência de visitas médicas e malária. A estrutura de saneamento básico está degradada e as comunidades não têm acesso à água potável o ano inteiro.	Educação doméstica fragilizada, violência nos festejos
<b>Fortalezas</b>	A própria RDS e sua capacidade de mobilização institucional.	45 técnicos formados	Resgate de emergência e uso de plantas medicinais	Organização social, tradições
<b>Objetivos</b>				
<b>Objetivos estratégicos</b>	Consolidar a regularização fundiária da RDS	Fortalecer o conteúdo escolar com elementos da realidade local	Recuperar o saneamento das comunidades e implementar onde não há	Valorizar as tradições e eventos que fortalecem a identidade cultural
	Conseguir a concessão do direito real de uso coletiva por tempo indeterminado	Fortalecer o ensino técnico, com a Casa Familiar Rural	Prevenir e combater a malária, febre amarela e doenças transmitidas pela água (verminoses)	Prevenir e combater a violência nos eventos
	Cadastrar e documentar os moradores e usuários	Melhorar a formação dos professores para o ensino na realidade local	Fortalecer a saúde, com apoio da UBS fluvial	Promover a tolerância à diversidade religiosa
	Reforçar aliança com Fórum de Diálogo do Amazonas para acelerar regularização de áreas da união	Implementar metodologia adaptada para educação multisseriada com poucos alunos	Prevenir ataques de morcego	Fortalecer a identidade com base na Internet, tecnologia e educação formal e não formal
	Educar as comunidades sobre aspectos fundiários	Melhorar o transporte escolar	Implementar regra que obriga novas moradias a ter destinação correta de esgotos	Fortalecer os jogos protagonistas
	Definir o mecanismo institucional de transferência da CCRU coletiva aos moradores e usuários individuais			Realizar o resgate da cultura local
				Fortalecer o artesanato

**Tabela 7: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios do agroextrativismo**

Aspecto	Produção agrícola e farinha	Açaí	Seringa	Cipós, mel	Sementes	Madeira
<b>Beneficiários</b>	Comunidades, município	Comunidades, município, empresas compradoras	Comunidades, municípios distantes (Manicoré, onde gera empregos), potencialmente Carauari	Comunidades, município	Comunidades, município, estado e mundo	Comunidades (no futuro, município)
<b>Histórico</b>						
<b>2005</b>	3	5	7	7	5	4
<b>2018</b>	9	8	9	9	8	8
<b>2018 sem a RDS</b>	1	3	5	5	3	2
<b>2030</b>	10	10	10	10	10	10
<b>2030 sem a RDS</b>	2	2	3	3	2	1
<b>Determinantes</b>	Sem a RDS, haveria migração para a cidade, sem perspectiva de vida. Procura de emprego na cidade. Com a RDS, as organizações apoiaram a melhoria da qualidade da farinha e o mercado. A expectativa é melhorar mais até 2030. Sem a RDS, também não haveria produção e os moradores teriam se mudado para a cidade.	O açaí é utilizado para consumo e para venda. Depois de 2005, com a RDS, começou a haver mais cuidados pela comunidade com os açaizais e aumento do plantio. Em 2018, além dos cuidados, há mercado e a fábrica de açaí. Há máximo cuidado e não se derruba mais para o roçado. Sem a RDS, em 2018, as pessoas teriam derrubado até para colher. Em 2030, os resultados das boas práticas devem aparecer ainda mais. Sem a RDS, o recurso se degradaria.	Depois da RDS, os moradores passaram a ter maiores cuidados com as seringueiras. Em 2005, ainda se derrubava seringueira, apesar de os patrões procurarem sua conservação. Em 2018, com a RDS capacitações em boas práticas resultaram em mais cuidado. Sem RDS, isso não haveria. Em 2030, cuidados vão resultar em mais seringueiras. Sem a RDS, seria ainda mais degradado.	Depois de 2005, maiores cuidados com as colmeias e cipós resultaram em aumento. Também houve aumento da criação de abelhas e a valorização do produto. Sem a RDS, as colmeias e cipós teriam sido degradados e não haveria mercado para o mel. Em 2030, será ainda melhor.	Depois de 2005, houve incentivo a maiores cuidados com as espécies, aumento na produção, valorização do produto. Sem a RDS, esses recursos teriam se degradado e não teriam incentivo econômico. Em 2030, deve melhorar mais, com a RDS. Sem a RDS, o recurso teria se degradado.	Aplicação da lei resultou na conservação das espécies madeiras depois de 2005. Antes a exploração era feita pelos patrões. Em 2018, não há mais retirada. Sem a RDS, a madeira teria acabado. Em 2030, esperam melhoria, com manejo sustentável.
<b>FOFA</b>						

Aspecto	Produção agrícola e farinha	Açaí	Seringa	Cipós, mel	Sementes	Madeira
<b>Fatores externos</b>						
<b>Ameaças</b>	Uso de agrotóxico nos roçados, mudança do clima, competição devido à baixa diversificação, pragas, baixa diversificação	Contaminação por barbeiro	Só uma empresa compradora, um dos elos da cadeia está faltando entre Carauari e Manaus. Possibilidade de perda de subsídios com nova política econômica federal.			Reativação de títulos definitivos
<b>Oportunidades</b>	Mercado de farinha	Mercado e existência da fábrica	Valor subsidiado, preço mínimo e subvenção	Mercado	Valorização do produto	Tem planos de manejo, provocação para manejo da madeira morta, 2 projetos de movelaria do projeto de Empreendedorismo da FAS na Bauana
<b>Fatores internos</b>						
<b>Fraquezas</b>	Uso de agrotóxico pelos moradores, baixa qualidade da farinha, uso do fogo (queimada)	Falta estrutura para transporte e comercialização (embarcação com refrigeração)	Falta de estrutura de beneficiamento local	Alguns comunitários não usam boas práticas, derrubando árvores e destruindo colmeias. Descontinuidade da unidade demonstrativa. Baixa diversidade de produtos de cipó	Alguns comunitários não usam boas práticas	Falta de regulamentação para manejar madeira morta
<b>Fortalezas</b>	Solo fértil, diversidade de mandioca (agrobiodiversidade)	Mercado, existência da fábrica e disponibilidade do produto	Disponibilidade do produto	Disponibilidade do produto, boas práticas, capacitações, qualidade do mel	Disponibilidade do produto, boas práticas, capacitações	Disponibilidade do produto
<b>Objetivos</b>						
<b>Objetivos estratégicos</b>	Diversificar e aumentar a produção dos roçados, eliminando agrotóxicos e uso do fogo	Fortalecer a produção de açaí, mantendo a conservação da espécie e evitando a contaminação por barbeiro	Implementar usina de beneficiamento de borracha em Carauari (depende de estudo de viabilidade e parcerias)	Elaborar plano de negócios para mel e cipós	Elaborar plano de negócios para sementes	Implementar o manejo de madeira morta (provocar regulamentação)
	Capacitar para melhoria da	Melhorar a infraestrutura de	Diversificar os produtos da	Manter e apoiar o uso de	Manter e apoiar o uso boas	Realizar o manejo madeireiro

Aspecto	Produção agrícola e farinha	Açaí	Seringa	Cipós, mel	Sementes	Madeira
	qualidade da farinha e apoiar com equipamentos	transporte e comercialização	borracha (capacitações e apoio à produção) (FDL, couro vegetal, artesanato)	boas práticas pelos comunitários	práticas pelos comunitários	de pequena escala (continuar)
	Capacitar no controle alternativo de pragas e nas técnicas de agricultura sem queimadas e outras práticas agroecológicas	Manter e ampliar parcerias com compradores atuais e potenciais	Revitalizar a atividade de extração da seringa e incentivar a retomada da atividade	Capacitar para diversificar outros produtos de cipó		Implementar os projetos de movelaria na Bauana
	Capacitar no uso de biofertilizante		Desenvolver certificação para acesso a preços melhores			
	Fortalecer a implementação dos sistemas agroflorestais					

**Tabela 8: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios da pesca.**

Aspecto	Pirarucu	Peixe liso	Tambaqui	Matrinxã
<b>Beneficiários</b>	Comunidade, município, estado	Comunidade, município	Comunidade, município	Comunidade, município, estado
<b>Histórico</b>				
<b>2005</b>	3	5	2	7
<b>2018</b>	6	7	4	3
<b>2018 sem a RDS</b>	2	3	0	1
<b>2030</b>	10	10	8	7
<b>2030 sem a RDS</b>	1	2	0	0
<b>Determinantes</b>	Desde 2005, aumentou a abundância do Pirarucu. Sem a RDS, invasões aumentariam, pois não haveria os projetos e não teria monitoramento. Os projetos e o manejo ajudaram a recuperar o recurso. Espera-se aumentar ainda mais até 2030 com a RDS. Sem ela, o recurso acabaria devido a	Mesmos determinantes do pirarucu, além da proteção das praias e monitoramento de quelônios (que aumenta o alimento	Mesmos determinantes do pirarucu. Além disso, sem arrendamento de lagos (em 2005, todos os lagos eram arrendados) e menos peixeiros (retirada dos barcos grandes), e maior valorização, há mais benefícios hoje com a RDS. Mas a recuperação não foi tão boa quanto com Pirarucu. Mas sem RDS, o recurso teria acabado. O tambaqui é o	Diminuiu por causa do aumento da ariranha, devido à conservação. Mas sem a RDS a pesca predatória na subida de rio

<b>Aspecto</b>	<b>Pirarucu</b>	<b>Peixe liso</b>	<b>Tambaqui</b>	<b>Matrinxã</b>
	invasões e sobrepesca.	para s peixes), com a RDS.	peixe mais perseguido, pois dá bastante renda.	acabaria com o recurso.
<b>FOFA</b>				
<b>Fatores externos</b>				
<b>Ameaças</b>	Invasões por pescadores de fora (incluindo ex-moradores). Conflitos com espécies predadoras de peixes.	Idem	Idem	Idem
<b>Oportunidades</b>	Unidade de beneficiamento de pescado	Idem, expandir o manejo para outras espécies		Idem, Idem, manejo do matrinxã na época da barreira
<b>Fatores internos</b>				
<b>Fraquezas</b>	Dificuldade de fiscalização, descumprimento das regras por alguns comunitários, comunidade não consegue impedir pescadores de fora não autorizados (incluindo ex-moradores)	Idem	Idem	idem
<b>Fortalezas</b>	Manejo de Pirarucu, aumento da quantidade de estoque, acordos com a Colônia evitam conflitos	Aumento da disponibilidade		
<b>Objetivos</b>				
<b>Objetivos estratégicos</b>	Fortalecer a fiscalização da pesca	Fortalecer a fiscalização	Fortalecer a fiscalização	Fortalecer a fiscalização
	Educar os comunitários sobre o bom uso do pirarucu	Educar os comunitários sobre o bom uso do peixe liso	Educar os comunitários sobre o bom uso do tambaqui	Educar os comunitários sobre o bom uso do matrinxã
	Implementar a unidade de beneficiamento de pescado	Implementar a unidade de beneficiamento de pescado	Implementar a unidade de beneficiamento de pescado	Implementar a unidade de beneficiamento de pescado
	Manter as atividades de manejo do Pirarucu	Expandir o manejo para outras espécies de peixes	Expandir o manejo para outras espécies de peixes	Expandir o manejo para outras espécies de peixes
				Desenvolver estudo sobre o impacto da ariranha no matrinxã

**Tabela 9: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios da fauna**

Aspecto	Animais de caça	Bichos de casco	Jacaré
<b>Beneficiários</b>	Comunidade, município	Potencial: Comunidade, município	Potencial: Comunidade, município
<b>Histórico</b>			
<b>2005</b>	7	4	5
<b>2018</b>	8	8	10
<b>2018 sem a RDS</b>	5	1	5
<b>2030</b>	9	10	10
<b>2030 sem a RDS</b>	3	0	5
<b>Determinantes</b>	Desde 2005, queixada diminuiu devido a razões biológicas. Os animais estão mais próximos. As pessoas caçam menos porque não vão tanto para a seringa, diminuiu a caça profissional. A caça diminuiu na dieta e os monitores do Probuca mudaram seu comportamento. Com a RDS, vigilância e fiscalização, e conscientização, mantiveram a abundância de caça, que sem a RDS teria diminuído. Em 2030, deve estar ainda melhor com a RDS. Sem a RDS, os recursos teriam diminuído muito porque teria aumentado a caça e habitat seria perdido.	Depois da RDS, tabuleiros protegidos, praias de preservação, monitoramento, fiscalização, conscientização sobre os locais de proteção fizeram aumentar a população de quelônios (só tinha muito iaçá antes). Hoje tem mais gente comercializando e dando mais valor por isso. Iaçá diminuiu e tartaruga aumentou sua abundância.	Desde a criação da RDS, houve redução da caça do jacaré, devido ao monitoramento e conscientização. Sem a RDS, teria diminuído a população de jacarés. Porém, a abundância é hoje considerada um problema.
<b>FOFA</b>			
<b>Fatores externos</b>			

Aspecto	Animais de caça	Bichos de casco	Jacaré
<b>Ameaças</b>	Caça com cachorro e armadilha, caça comercial no entorno e com invasão na RDS	Invasão, mudança do clima, captura predatória do iaçá	
<b>Oportunidades</b>	Possibilidade de criação e manejo de animais silvestres, com pesquisa para apoiar essa atividade	Possibilidade manejo, criação e geração de renda	Oportunidade de manejo
<b>Fatores internos</b>			
<b>Fraquezas</b>	Alguns comunitários descumprem as regras	Alguns comunitários não cumprem as regras	Disponibilidade de financiamento
<b>Fortalezas</b>	Fartura de animas de caça	Capacitação, monitores, tabuleiros,...	Grande quantidade do jacaré
<b>Objetivos</b>			
<b>Objetivos estratégicos</b>	Implementar o manejo e criação de animais silvestres	Fortalecer a fiscalização,	Implementar o manejo do jacaré (capacitação e implementação, monitoramento e pesquisa)
	Implementar a fiscalização e educação para aumentar o cumprimento das regras pelos comunitários e evitar caçadores de fora da RDS	Continuar o monitoramento dos tabuleiros	
	Implementar a pesquisa e monitoramento de animais silvestres	Implementar a criação e manejo de quelônios	
		Promover a educação ambiental	
		Implementar a pesquisa sobre o iaçá e tracajá, com base no protocolo do ICMBio	

**Tabela 10: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios para recursos hídricos, biodiversidade e clima.**

Aspecto	Recursos hídricos – Qualidade	Recursos hídricos - Quantidade (igarapés)	Biodiversidade	Florestas (carbono e clima)
<b>Beneficiários</b>	Comunidade, município, biodiversidade	Comunidade, município, biodiversidade	Pesquisador, ambientalista, empresas, comunidades, mundo	Comunidades, município, agricultura local, regional e nacional, setor de energia
<b>Histórico</b>				

Aspecto	Recursos hídricos – Qualidade	Recursos hídricos - Quantidade (igarapés)	Biodiversidade	Florestas (carbono e clima)
2005	2	8	6	7
2018	7	6	8	8
2018 sem a RDS	1	3	4	5
2030	10	6	10	9
2030 sem a RDS	0	2	2	3
<b>Determinantes</b>				
<b>Determinantes</b>	Exploração de madeira, desmatamento de igarapés, pesca de bomba e diminuição das chuvas causariam a perda da qualidade das águas em 2018. Com a RDS, isso foi evitado. Em 2030, espera-se maior qualidade das águas, com saneamento básico.	Exploração de madeira, desmatamento de igarapés, e diminuição das chuvas causariam a diminuição da quantidade das águas em 2018. A mudança do clima, com diminuição das chuvas vai impedir uma melhoria na quantidade das águas em 2030, mesmo com a RDS. Sem RDS, diminuiria.	A conservação da biodiversidade melhorou depois da criação da RDS com conscientização, monitoramento, fiscalização e investimento. Espera-se melhoria até 2030, mas sem a RDS, esses fatores não existiriam.	Depois da RDS, mudou a forma de exploração (menos gado e mais extrativismo). Os compromissos do Programa Bolsa Floresta ajudaram a mudar os comportamentos. A saída dos grandes madeireiros e novas alternativas de manejo também contribuíram. Em 2030, deve melhorar, só não sendo 10 porque a população deve crescer. Sem a RDS, a floresta teria diminuído desde 2005, seguindo até 2030.
<b>FOFA</b>				
<b>Fatores externos</b>				
<b>Ameaças</b>	Desmatamento, queimadas, garimpo no entorno, assoreamento dos rios, desmatamento em áreas distantes, contaminação e lixo na água, mudança do clima. Possibilidade de diminuição da produção nos lagos e mudança nas estações.		Mudança climática e alteração da vazão do rio.	Expansão de roçados além da zona de uso intensivo
<b>Oportunidades</b>	Saneamento básico, controle de queimadas, articulação regional e legislação de recursos hídricos, estudo do regime hidrológico e medidas de mitigação e adaptação.		Importância mundial da biodiversidade e reconhecimento como Sítio Ramsar	Utilizar as áreas de várzea para diminuir desmatamento na terra firme nas áreas consolidadas
<b>Fatores internos</b>				
<b>Fraquezas</b>	Saneamento básico deteriorado. Falta de água potável durante a seca.			

Aspecto	Recursos hídricos – Qualidade	Recursos hídricos - Quantidade (igarapés)	Biodiversidade	Florestas (carbono e clima)
<b>Fortalezas</b>	Grande quantidade de água nos rios e lagos, preservação da RDS		Riqueza biológica e preservação da RDS	Agricultura de vazante e na várzea, preservação da RDS
<b>Objetivos</b>				
<b>Objetivos estratégicos</b>	Implementar o licenciamento criterioso e fiscalização de atividades potencialmente causadoras de poluição no entorno da RDS		Implementar ações de sensibilização e monitoramento para o uso sustentável da sociobiodiversidade	Implementar boas práticas no uso do fogo
	Promover a agricultura sem queimada		Continuar os programas de gestão da SEMA já implementados na RDS	Manter atividades educativas para a conservação da floresta
	Promover uma articulação na bacia do Juruá para conservação dos recursos hídricos e criação do Comitê de Bacia do Juruá			Estudar a contribuição da RDS para a mitigação e adaptação à mudança do clima e regulação climática regional e nacional
	Planejar e implementar medidas de adaptação à mudança da vazão do rio Juruá			
	Realizar estudo sobre o regime hidrológico e implementar medidas de mitigação e adaptação			

**Tabela 11: Análise estratégica dos serviços ecossistêmicos/benefícios para geração de empregos, projetos e políticas sociais, e pesquisa científica.**

Aspecto	Empregos (nas associações, na RDS, comunitários)	Projetos, políticas, bolsa floresta e repartição de benefícios	Pesquisadores
<b>Beneficiários</b>	Comunidade, município, comunitários	Comunidades, município, estado	Pesquisadores, universidades, estudantes, comunidade
<b>Histórico</b>			
<b>2005</b>	0	1	1
<b>2018</b>	6	8	7
<b>2018 sem a RDS</b>	1	3	1

Aspecto	Empregos (nas associações, na RDS, comunitários)	Projetos, políticas, bolsa floresta e repartição de benefícios	Pesquisadores
2030	10	10	10
2030 sem a RDS	0	4	1
<b>Determinantes</b>			
<b>Determinantes</b>	Em 2005 não tinha emprego para os comunitários porque não estavam capacitados. Com a RDS, as associações oferecem empregos e comunitários são contratados pelo município. Em 2030, se espera mais gente capacitada e a faculdade em funcionamento.	Desde a criação da RDS, aumentou o nível de organização e há mais oportunidades, o que não ocorreria na ausência da RDS. Até 2030, se espera mais ainda. Sem a RDS, haveria políticas sociais, mas não tantos benefícios às comunidades.	A grande biodiversidade atrai pesquisadores, mas foi com a criação da RDS que a boa organização e existência de projetos e instituições viabilizou a atuação dos pesquisadores. Espera-se que atuação de pesquisadores aumente ainda mais.
<b>FOFA</b>			
<b>Fatores externos</b>			
<b>Ameaças</b>	Finalização de projetos, má gestão de projetos	Falta de garantia de recursos no longo prazo	Biopirataria
<b>Oportunidades</b>	Jovens, pedagogia do campo, curso técnico da casa família rural, novos projetos, indústria de pescado	Editais de projetos financiáveis (Fundo Amazônia, Petrobras Ambiental, etc.)	Reconhecimento como Sítio Ramsar, bases de apoio para pesquisadores, divulgação da RDS, possibilidade de elaboração de Protocolo de Consulta
<b>Fatores internos</b>			
<b>Fraquezas</b>	Falta de capacitação e conhecimento técnico em informática, prestação de contas das associações, registro formal das atividades das associações	Descontinuidade do financiamento por projetos	Resultados das pesquisas não são retornados à RDS e aos seus moradores; pesquisador que entra sem permissão
<b>Fortalezas</b>	Organização social e responsabilidade das associações	Organização social	Área de alta importância para a conservação atrai pesquisa. Bom número de pessoas capacitadas para auxiliar pesquisadores, incluindo uso de equipamentos de pesquisa
<b>Objetivos</b>			
<b>Objetivos estratégicos</b>	Capacitar os comunitários para oportunidades de emprego, incluindo informática, prestação de contas e registros formais	Desenvolver estratégia e captar novos recursos em editais	Elaborar o protocolo de consulta para repartição de benefícios
	Manter a boa organização social	Elaborar o protocolo de consulta para repartição de benefícios	Oferecer oportunidades/ demandar aos pesquisadores temas de

<b>Aspecto</b>	<b>Empregos (nas associações, na RDS, comunitários</b>	<b>Projetos, políticas, bolsa floresta e repartição de benefícios</b>	<b>Pesquisadores</b>
			pesquisa e ofertar apoio
	Fortalecer a gestão administrativa das associações (capacitação e assessoria administrativa e contábil)		Divulgar a RDS
			Melhorar a gestão de pesquisa na RDS
			Aproveitar os resultados de pesquisa na gestão da RDS

Na OPP, foram localizados os principais parceiros para esses objetivos:

1. Açaí Tupã
2. ADS (Agência de Desenvolvimento Sustentável)
3. Amaru
4. ANA
5. Asmamj
6. Asproc
7. Associações locais
8. CAPES
9. Cemaam (Conselho Estadual de Meio Ambiente)
10. CETAM (Centro Tecnológico do Amazonas)
11. CNS
12. Colônia de Pesca
13. Conab
14. Cooperativa
15. Embrapa
16. FAS
17. Fórum de Diálogo do Amazonas
18. FVS (Fundação Vig. Saúde.)
19. Ibama
20. ICMBio
21. IDAM
22. Idesam
23. IEB
24. IFAM
25. Igrejas
26. Incra
27. Instituições financeiras (Banco do Brasil, Basa, Pronaf, etc.)
28. Instituto Mamirauá
29. IPAAM
30. IPÊ
31. MMA
32. Natura
33. ONGs
34. OPAM
35. Parceiros
36. Pesquisadores
37. Prefeitura
38. Sebrae
39. Secretaria Estadual de Cultura
40. Secretaria Municipal de Saúde
41. SEDUC
42. SEMA (Demuc)
43. SEMA (Dep. Rec. Hid.)
44. SEMED
45. Sepror Estadual
46. Sepror Municipal
47. Sitawy
48. SPF
49. SPU
50. Território do Médio Juruá
51. UEA
52. UFAM
53. Universidades e instituições de pesquisa

O papel de cada parceiro está descrito na planilha eletrônica que acompanha este Relatório da OPP.

## **5 PROGRAMAS DE GESTÃO, OBJETIVOS E PARCEIROS**

### **5.1 PROGRAMA DE SERVIÇOS SOCIAIS**

#### **5.1.1 Subprograma de Direito à Terra e Moradia**

##### **Objetivos estratégicos**

- Consolidar a regularização fundiária da RDS
- Conseguir a concessão do direito real de uso coletiva por tempo indeterminado
- Cadastrar e documentar os moradores e usuários
- Reforçar aliança com Fórum de Diálogo do Amazonas para acelerar regularização de áreas da união
- Educar as comunidades sobre aspectos fundiários
- Definir o mecanismo institucional de transferência da CCRU coletiva aos moradores e usuários individuais

##### **Parceiros potenciais**

- Fórum de Diálogo do Amazonas
- Incra
- SEMA (Demuc)
- SPF
- SPU

#### **5.1.2 Subprograma de Educação**

##### **Objetivos estratégicos**

- Fortalecer o conteúdo escolar com elementos da realidade local
- Fortalecer o ensino técnico, com a Casa Familiar Rural
- Melhorar a formação dos professores para o ensino na realidade local
- Implementar metodologia adaptada para educação multisseriada com poucos alunos
- Melhorar o transporte escolar

##### **Parceiros potenciais**

- Amaru
- Asproc

- CAPES
- Centro Tecnológico do Amazonas (Cetam)
- FAS
- IEB
- Prefeitura
- Sebrae
- Seduc
- Semed
- Sitawi
- UEA

### 5.1.3 Subprograma de Saúde

#### **Objetivos estratégicos**

- Recuperar o saneamento das comunidades e implementar onde não há
- Prevenir e combater a malária, febre amarela e doenças transmitidas pela água (verminoses)
- Fortalecer a saúde, com apoio da UBS fluvial
- Prevenir ataques de morcego
- Implementar regra que obriga novas moradias a ter destinação correta de esgotos

#### **Parceiros potenciais**

- Amaru
- Asproc
- FVS (Fundação Vig. Saúde.)
- Prefeitura
- Secretaria Municipal de Saúde

### 5.1.4 Subprograma de Identidade Cultural

#### **Objetivos estratégicos**

- Valorizar as tradições e eventos que fortalecem a identidade cultural
- Prevenir e combater a violência nos eventos
- Promover a tolerância à diversidade religiosa

- Fortalecer a identidade com base na Internet, tecnologia e educação formal e não formal
- Fortalecer os jogos protagonistas
- Realizar o resgate da cultura local
- Fortalecer o artesanato

#### **Parceiros potenciais**

- Amaru
- Asproc
- Associações locais
- Igrejas
- Secretaria Estadual de Cultura
- SEMA (Demuc)
- UEA
- UFAM

## 5.2 PROGRAMA DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS E BENEFÍCIOS DA PESCA

### 5.2.1 Subprograma de manejo da pesca

#### **Objetivos estratégicos**

Fortalecer a fiscalização da pesca

Educar os comunitários sobre o bom uso dos peixes

Implementar a unidade de beneficiamento de pescado

Manter as atividades de manejo do Pirarucu

Expandir o manejo para outras espécies de peixes

Desenvolver estudo sobre o impacto da ariranha no matrinxã

#### **Parceiros potenciais**

<b>Parceiros</b>	<b>Tipo de contribuição</b>
ADS (Agência de Desenv. Sustentável)	Comercialização
Amaru	Atividades
Asproc	Atividades
Associações locais	Atividades

<b>Parceiros</b>	<b>Tipo de contribuição</b>
Colônia de Pesca	Parceria
FAS	Atividades
Ibama	Licenciamento
ICMBio	Atividades
IDAM	Assistência técnica
Instituto Mamirauá	Capacitação de contadores
OPAM	Atividades
Pesquisadores	Pesquisa e capacitação
Prefeitura	Comercialização
Sebrae	Capacitação
SEMA (Demuc)	Licenciamento
Sepror Municipal	Comercialização
SITAWI	Apoio ao Manejo
Universidades e instituições de pesquisa	Pesquisa e capacitação

### 5.2.2 Subprograma de pesquisa sobre a pesca

#### **Objetivos estratégicos**

Desenvolver estudo sobre o impacto da ariranha no matrinxã

#### **Parceiros potenciais**

Pesquisadores, universidade e instituições de pesquisa

## 5.3 PROGRAMA DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS E BENEFÍCIOS DA FAUNA.

### 5.3.1 Subprograma de Manejo de Animais de Caça

#### **Objetivos estratégicos**

- Implementar o manejo e criação de animais silvestres
- Implementar a fiscalização e educação para aumentar o cumprimento das regras pelos comunitários e evitar caçadores de fora da RDS
- Implementar a pesquisa e monitoramento de animais silvestres

## Parceiros potenciais

Parceiros	Contribuição
Amaru	Atividades
Asproc	Atividades
Associações locais	Atividades
Cemaam (Conselho Estadual de Meio Ambiente)	Regulamentação
FAS	Atividades
Ibama	Licenciamento e fiscalização
ICMBio	Fiscalização
IPAAM	Licenciamento e fiscalização
Pesquisadores	Pesquisa e capacitação
UFAM	Pesquisa e capacitação
Universidades e instituições de pesquisa	Pesquisa e capacitação

### 5.3.2 Subprograma de Manejo de Bichos de casco

#### Objetivos estratégicos

- Fortalecer a fiscalização,
- Continuar o monitoramento dos tabuleiros
- Implementar a criação e manejo de quelônios
- Promover a educação ambiental
- Implementar a pesquisa sobre o iaçá e tracajá, com base no protocolo do ICMBio

## Parceiros potenciais

Parceiros	Contribuição
Amaru	Atividades
Asproc	Atividades
Associações locais	Atividades
Cemaam (Conselho Estadual de Meio Ambiente)	Regulamentação
FAS	Atividades
Ibama	Licenciamento

ICMBio	Fiscalização
IPAAM	Licenciamento
Pesquisadores	Pesquisa e capacitação
Prefeitura	Atividades
SEMA (Demuc)	Monitoramento (Probuç)
SITAWI	Apoio
UFAM	Pesquisa e capacitação
Universidades e instituições de pesquisa	Pesquisa e capacitação

### 5.3.3 Subprograma de Manejo de Jacaré

#### Objetivo estratégico

- Implementar o manejo do jacaré (capacitação e implementação, monitoramento e pesquisa)

#### Parceiros potenciais

Parceiro	Contribuição
Amaru	Atividades
Asproc	Atividades
Associações locais	Atividades
Cemaam (Conselho Estadual de Meio Ambiente)	Regulamentação
FAS	Atividades
Ibama	Licenciamento
ICMBio	Atividades
Instituto Mamirauá	Capacitação
IPAAM	Atividades
Pesquisadores	Pesquisa e capacitação
Prefeitura	Atividades
SEMA (Demuc)	Monitoramento (Probuç)
Sepror Estadual	Atividades
UFAM	Pesquisa e capacitação
Universidades e instituições de pesquisa	Pesquisa e capacitação

## 5.4 PROGRAMA DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS E BENEFÍCIOS PARA RECURSOS HÍDRICOS, BIODIVERSIDADE E CLIMA.

### 5.4.1 Subprograma de Recursos Hídricos

#### Objetivos estratégicos

- Implementar o licenciamento criterioso e fiscalização de atividades potencialmente causadoras de poluição no entorno da RDS
- Promover a agricultura sem queimada
- Promover uma articulação na bacia do Juruá para conservação dos recursos hídricos e criação do Comitê de Bacia do Juruá
- Planejar e implementar medidas de adaptação à mudança da vazão do rio Juruá
- Realizar estudo sobre o regime hidrológico e implementar medidas de mitigação e adaptação

#### Parceiros potenciais

Parceiro	Contribuição
Amaru	Atividades
ANA	Formação do Comitê
Asmamj	Atividades
Asproc	Atividades
Ibama	Licenciamento
ICMBio	Atividades
IPAAM	Licenciamento
MMA	Articulação
Pesquisadores	Pesquisa
SEMA (Dep. Rec. Hid.)	Formação do Comitê
SITAWI	Pesquisa
Território do Médio Juruá	Articulação regional
UEA	Pesquisa

UFAM	Pesquisa
Universidades e instituições de pesquisa	Pesquisa

#### 5.4.2 Subprograma de Biodiversidade

##### **Objetivos estratégicos**

- Implementar ações de sensibilização e monitoramento para o uso sustentável da sociobiodiversidade
- Continuar os programas de gestão da SEMA já implementados na RDS

##### **Parceiros potenciais**

<b>Parceiro</b>	<b>Contribuição</b>
Amaru	Atividades
Asproc	Atividades
Associações locais	Atividades
FAS	Atividades
Ibama	Licenciamento
IPAAM	Licenciamento
MMA	Articulação Ramsar
OPAM	Atividades (área indígena)
Pesquisadores	Pesquisa e capacitação
Prefeitura	Atividades
SEMA (Demuc)	Atividades
UEA	Pesquisa
UFAM	Pesquisa
Universidades e instituições de pesquisa	Pesquisa

#### 5.4.3 Subprograma de Florestas (Carbono e Clima)

##### **Objetivos estratégicos**

- Implementar boas práticas no uso do fogo
- Manter atividades educativas para a conservação da floresta

- Estudar a contribuição da RDS para a mitigação e adaptação à mudança do clima e regulação climática regional e nacional

### **Parceiros potenciais**

<b>Amaru</b>	<b>Captação de recursos</b>
Asproc	Captação de recursos
Associações locais	Captação de recursos
CNS	Captação de recursos
FAS	Captação de recursos
MMA	Fontes de recursos
ONGs	Captação de recursos
OPAM	Captação de recursos
SITAWI	Apoio para propostas

## **5.5 PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGOS, PROJETOS E POLÍTICAS SOCIAIS, E PESQUISA CIENTÍFICA.**

### **5.5.1 Subprograma de Empregos**

#### **Objetivos estratégicos**

- Capacitar os comunitários para oportunidades de emprego, incluindo informática, prestação de contas e registros formais
- Manter a boa organização social
- Fortalecer a gestão administrativa das associações (capacitação e assessoria administrativa e contábil)

#### **Parceiros potenciais**

Estes parceiros podem atuar principalmente na capacitação:

- Amaru
- Asproc
- CETAM (Centro Tecnológico do Amazonas)
- FAS
- IDAM
- Prefeitura

- Sebrae
- SITAWI
- UEA

#### 5.5.2 Subprograma de Projetos, Políticas, Bolsa Floresta e Repartição de Benefícios

##### **Objetivos estratégicos**

- Desenvolver estratégia e captar novos recursos em editais
- Elaborar o protocolo de consulta para repartição de benefícios

##### **Parceiros potenciais**

Estes parceiros potenciais poderão contribuir com a captação de recursos:

- Amaru
- Asproc
- Associações locais
- CNS
- FAS
- MMA
- ONGs
- OPAM
- SITAWI

#### 5.5.3 Subprograma de Pesquisa

##### **Objetivos estratégicos**

- Elaborar o protocolo de consulta para repartição de benefícios
- Oferecer oportunidades/ demandar aos pesquisadores temas de pesquisa e ofertar apoio
- Divulgar a RDS
- Melhorar a gestão de pesquisa na RDS
- Aproveitar os resultados de pesquisa na gestão da RDS

##### **Parceiros potenciais**

- Amaru
- Asproc

- Associações locais
- Embrapa
- FAS
- ICMBio
- Instituto Mamirauá
- Pesquisadores
- SEMA (Demuc)
- SITAWI
- UEA
- UFAM
- Universidades e instituições de pesquisa

## 5.6 PROGRAMA DE OPERACIONALIZAÇÃO

### 5.6.1 Subprograma de Recursos Humanos

#### **Objetivo estratégico**

- Ampliar a equipe da RDS, com pelo menos três técnicos e um assistente administrativo.

### 5.6.2 Subprograma de Equipamentos, Instalações e Serviços

#### **Objetivo estratégico**

- Implementar Internet Banda Larga no escritório de Carauari

## 6 ZONEAMENTO

### 6.1 O QUE É O ZONEAMENTO

Segundo a Lei do SNUC zoneamento é a

*definição de setores ou zonas em uma unidade de conservação com objetivos de manejo e normas específicos, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz.*

Assim, o zoneamento é a definição de áreas com diferentes níveis de intervenção ou mudança causada pelo uso humano. O Roteiro para elaboração de Planos de Gestão para Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas, estabelece quatro níveis de intervenção: (1) insignificante ou mínimo; (2) pequeno ou leve; (3) moderado; e (4) alto. Por sua vez, cada nível de intervenção está correlacionado a uma zona: (1) zona intangível ou de preservação; (2) zona de uso restrito; (3) zona de uso extensivo; e (4) zona de uso intensivo.

### 6.2 COMO FOI DEFINIDO O ZONEAMENTO DA RDS DE UACARI

O zoneamento da primeira versão do Plano de Gestão foi estabelecido a partir do mapeamento participativo dos recursos naturais, realizado em oficina com representantes das comunidades utilizando mapas na escala 1:100.000. As áreas utilizadas para agricultura, criação de animais, capoeiras e moradias ficaram na Zona de Uso Intensivo. As áreas utilizadas para extrativismo, na Zona de Uso Extensivo. As áreas não utilizadas, na Zona de Preservação. Também foram utilizados outros subsídios técnicos, como o mapa base com as informações espacializadas sobre as classes de uso e cobertura do solo (várzea ativa, várzea esporadicamente inundada, paleovárzea, terra firme I e terra firme II); mapas com as informações dos polígonos das áreas de uso atual e potencial dos recursos/produtos, realizados junto com as comunidades; e o mapa dimensionando as zonas.

O zoneamento atual, discutido com a comunidade e na OPP, apresenta três zonas:

- Zona de uso intensivo
- Zona de uso extensivo

- Zona de preservação

O zoneamento atual usou as mesmas premissas básicas, com algumas alterações:

- Incorporou-se à Zona de Uso Intensivo as novas áreas abertas, mantendo-se as áreas da versão anterior, que podem vir a ser utilizadas no futuro pelas comunidades.
- Excluiu-se a diferenciação entre Zona de Uso Extensivo e Zona de Uso Extensivo Especial (para exploração madeireira), já que qualquer processo de exploração madeireira deverá ser licenciado de forma específica.
- Procurou-se um desenho da Zona de Preservação mais contínuo, sem ilhas, reentrâncias e faixas muito estreitas.

Dessa forma, a Zona de Preservação teve uma redução de apenas 0,07%, a Zona de Uso Extensivo teve uma redução de apenas 0,42% e a Zona de Uso Intensivo teve uma expansão de 6,45% (1.164 hectares). Ainda assim, essa Zona ocupa apenas 3% da RDS (Tabela 14).

**Tabela 12: Comparação entre a primeira versão e a versão atual do zoneamento.**

ZONA	Primeira Versão	Revisão	Diferença (ha)	Diferença (%)	% da RDS
Preservação	391.976,04	391.704,85	- 271	- 0,07	62,87
Uso extensivo	212.999,00	212.106,16	- 893	- 0,42	34,04
Uso intensivo	18.053,23	19.217,26	1.164	6,45	3,08
<b>Total</b>	<b>623.028,27</b>	<b>623.028,27</b>	<b>0</b>		<b>100</b>

Esse aumento da Zona de Uso Extensivo ficou como uma reserva de área para as comunidades, uma vez que seu uso de áreas para agricultura e criação de animais, na verdade, diminuiu.

### 6.3 ZONAS

O zoneamento da RDS de Uacari está na Figura 31 e as zonas são descritas a seguir:

#### 6.3.1 Zona de Uso Intensivo

A Zona de Uso Intensivo é a área destinada às moradias, equipamentos comunitários, roçados, pastagens e áreas de capoeira. Seu objetivo é permitir a

moradia, atividades comunitárias e desenvolvimento de atividades agrícolas e de criação de animais pelos moradores, no presente e no futuro, e o desenvolvimento de atividades de gestão e capacitação pelo órgão gestor e parceiros da RDS de Uacari.

A Zona de Uso Intensivo foi definida onde as comunidades realizam ou realizaram as atividades agrícolas e de criação de animais, ou onde foram estabelecidas instalações de apoio ao desenvolvimento comunitário, como as bases de Bauana e Praia do Campina.

A Zona de Uso Intensivo não é contínua, e é composta por várias pequenas manchas, geralmente localizadas nas proximidades de rios e igarapés.

### 6.3.2 Zona de Uso Extensivo

A Zona de Uso Extensivo é a área destinada ao uso sustentável dos recursos naturais geralmente consistindo de ecossistemas naturais, sem alteração das características principais da Natureza. Ela foi definida onde as comunidades apontaram que existe uso sustentável dos recursos naturais (extrativismo e pesca) no mapeamento realizado na primeira versão do Plano de Gestão e que não mudou nesta versão.

A Zona de Uso Extensivo abrange todo o rio Juruá dentro da RDS e sua várzea ativa, a várzea esporadicamente inundada e a paleovárzea.

### 6.3.3 Zona de preservação

A Zona de Preservação é a área destinada à preservação da biodiversidade. Nela, a fauna é preservada e encontra refúgio para depois colonizar outras áreas da RDS. Ela também é a grande responsável pelos serviços ecossistêmicos relacionados com a biodiversidade, recursos hídricos e clima, juntamente com a Zona de Uso Extensivo. Ela foi definida com base na área da RDS que não foi destinada à Zona de Uso Intensivo e à Zona de Uso Extensivo, consistindo de ecossistemas naturais sem interferência humana.

Na Zona de Preservação não é permitida extração dos recursos naturais, somente sendo permitidas atividades de pesquisa, vigilância e fiscalização.

A Zona de Preservação está localizada em áreas de difícil acesso e é composta de duas porções, uma de cada lado do rio Juruá.

#### 6.3.4 Zona de Amortecimento

A Zona de Amortecimento serve para proteger a RDS de impactos no seu entorno. Sua localização não mudou desde a primeira versão do Plano de Gestão. Entretanto, a área ao longo do rio Juruá, ao sul da RDS, margeando a Terra Indígena Dení, onde há famílias como o mesmo perfil da RDS, deveria ser estudada para a criação de nova unidade de conservação de uso sustentável ou para expansão da própria RDS.

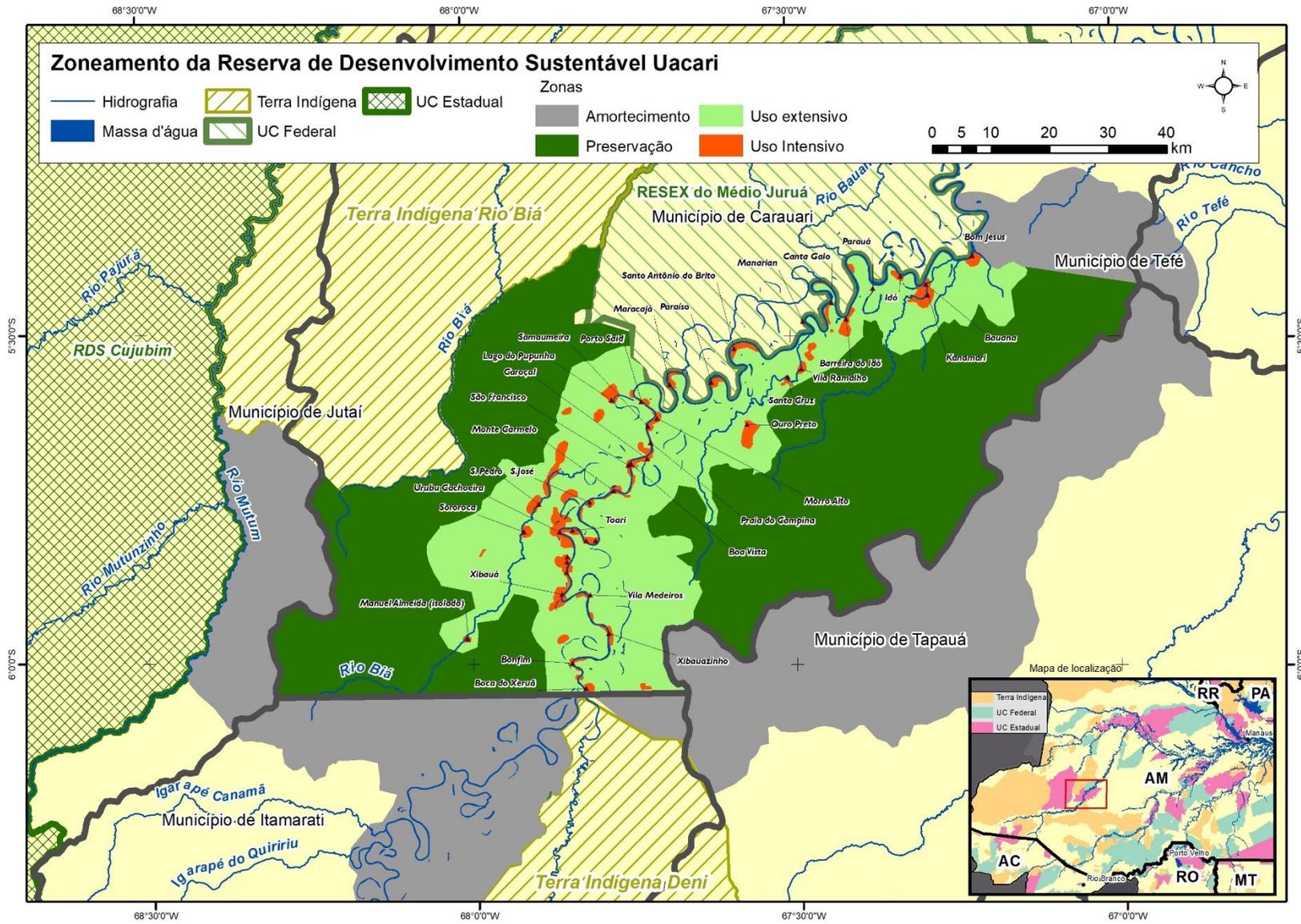


Figura 24: Zoneamento da RDS de Uacari

## **7 REGRAS DA RDS DE UACARI**

### **7.1.1 Regras Gerais**

#### **Participação de pessoas de fora**

1. Não é permitido fazer parcerias com pessoas não cadastradas como usuários da RDS de Uacari na criação de animais, agricultura e extrativismo, exceto na pesca, mediante acordo com a Colônia de Pesca.

#### **Representação comunitária**

2. Não é permitida a tomada de decisão unicamente pela liderança comunitária sem consulta prévia à comunidade;
3. Não é permitido o tratamento diferenciado dos comunitários pelas lideranças devido ao grau de parentesco, amizades, etc.

#### **Penalidades**

4. Nas infrações e descumprimento deste Plano de Gestão, o infrator usuário ou morador estará sujeito às seguintes penalidades, de acordo com a gravidade e a reincidência:
  - a. Advertência por escrito
  - b. Reunião com a comunidade para discussão da infração
  - c. Serviço comunitário ou trabalho voluntário para a RDS
  - d. Suspensão do direito de uso do recurso envolvido por um ano
  - e. Suspensão por um ano dos benefícios
  - f. Expulsão da RDS e cancelamento dos direitos de uso
5. As penalidades serão aplicadas pelo órgão gestor, cabendo recurso ao Conselho Deliberativo.
6. As penalidades deverão ser embasadas por testemunho do agente do órgão gestor, denúncias e testemunhos dos comunitários, manifestações das comunidades e outras evidências da infração.

### **7.1.2 Regras para a Zona de Uso Intensivo**

#### **Regras Gerais da Zona de Uso Intensivo**

7. A Zona de Uso Intensivo é composta pela área destinada às moradias, equipamentos comunitários, roçados, pastagens e áreas de capoeira.
8. As atividades agrícolas e de criação de animais só podem ser realizadas na Zona de Uso Intensivo.

### **Regras de convivência**

9. As normas de convivência na Zona de Uso Intensivo serão estabelecidas em acordos comunitários, estabelecidos por comunidade.

### **Uso do fogo**

10. É proibida a utilização do fogo na agricultura e pecuária sem precauções contra incêndios, como aceiros e queima controlada.
11. Os aceiros devem ter pelo menos 1 metro.
12. A queimada deve ser vigiada até o fogo ficar brando.
13. Só é permitido o início da utilização do fogo nos seguintes horários: pela manhã (de 8 às 10hs) e de tarde (das 15 às 17hs).

### **Moradores e Moradias**

14. As moradias só podem ser estabelecidas na Zona de Uso Intensivo.
15. Novas moradias devem ser construídas com fossa.
16. Novos moradores precisam ser autorizados pela comunidade, incluindo a construção das casas e outras benfeitorias.
17. A construção de nova moradia deve ser comunicada ao órgão gestor.
18. Novos moradores vindos de fora da RDS precisam de aprovação do Conselho Deliberativo, ouvida comunidade pretendida, desde que tenham perfil compatível com a RDS.
19. Moradores que saírem da RDS têm o prazo de um ano para retornar ou retirar seus pertences, colheitas de roçado e animais.
20. São usuários efetivos os moradores da RDS de Uacari, da Resex do Médio Juruá e entorno cadastrados com uso tradicional na RDS.
21. São usuários temporários os profissionais que venham a visitar ou residir na RDS no provimento de serviços de saúde, educação, assistência técnica e outros, que forem autorizados pelo órgão gestor.
22. Usuários da resex e do entorno que não utilizarem a RDS no prazo de dois anos perdem o seu direito de uso.

### **Saneamento e destinação de resíduos<sup>18</sup>**

23. A destinação correta dos resíduos sólidos é de responsabilidade de todos os comunitários e instituições atuando na RDS.

---

<sup>18</sup> Colocar normas para quem transita no rio Juruá.

24. As instituições e pessoas que fazem comércio devem providenciar a retirada dos resíduos recicláveis de seu comércio na RDS.

25. A construção de sanitários residenciais só pode ser realizada em áreas previamente definidas pelas comunidades.

### **Desmatamento**

26. Não é permitido desmatar para implantação de roçado em áreas com abundância de seringueiras, andirobeiras, açazeiros, murumurus, bacabas e espécies protegidas por lei (mogno, castanheira).

27. A área máxima para desmatamento por ano por família é de 2 hectares na várzea e 2 hectares na terra firme;

28. O tempo mínimo de descanso da terra para o roçado ou pastagem na capoeira é de 3 anos;

29. A área máxima de roçados e capoeiras por família é de dez hectares.

### **Sementes transgênicas**

30. É proibido o uso de sementes transgênicas.

### **Agrotóxicos [ver se o SNUC permite]**

31. O uso de agrotóxico só pode ser realizado com autorização prévia do órgão gestor e com assistência técnica, no caso de formigas e outras pragas sem controle por práticas alternativas.

### **Criação de animais silvestres**

32. Não é permitida a captura de animais silvestres para criação como animal de estimação.

33. É permitida a criação de animais silvestres autorizados pelos órgãos competentes.

### **Criação de animais domésticos**

34. É permitido criar até dois cachorros adultos por família, desde que sejam cercados.

35. É permitida a criação de pequenos animais.

36. A criação de animais deve ser cercada.

37. É permitida a criação de no máximo 15 cabeças de gado por família.

38. A área máxima por cabeça de gado é de 1 hectare na terra firme em áreas de capoeira ou roçados abandonados e 0,5 hectare na várzea.

39. Na várzea só é permitido o uso de pastagem natural (canarana), com exceção das áreas de tabuleiros, onde não é permitido o pastejo.
40. É permitida a criação de no máximo 50 porcos por família.

### **Eventos**

41. Só é permitida a realização de eventos na comunidade com a concordância da mesma.
42. A realização de eventos por pessoas ou instituições de fora da RDS precisa também da autorização do órgão gestor.

### 7.1.3 Regras para a Zona de Uso Extensivo

#### **Regras Gerais da Zona de Uso Extensivo**

43. A Zona de Uso Extensivo é composta pela área da RDS que não foi destinada à Zona de Uso Intensivo e à Zona de Preservação, geralmente consistindo de ecossistemas naturais.
44. Na Zona de Uso Extensivo é permitido o uso sustentável dos recursos naturais sem alteração das características principais da Natureza.

### **Borracha**

45. De cada árvore de seringueira só será utilizada apenas 50% da sua circunferência (grossura);
46. O número de estradas de seringa para cada seringueiro será de acordo com sua capacidade (condição);
47. Não é permitida a abertura de nova estrada por mau uso de estrada existente;
48. É permitido cortar os cipós da seringueira.
49. Não é permitido cortar seringa 2 dias seguidos na mesma estrada;
50. Não é permitido fazer 2 cortes na mesma bandeira por dia;
51. Só é permitido cortar seringa em árvores com mais de 50 centímetros de circunferência.
52. Não é permitido fazer o corte profundo que ultrapasse o limite da casca da árvore.
53. Não é permitido colocar azougue (imã) na faca de seringa;
54. Não é permitido usar a faca da caxinguba na seringueira e vice-versa.

### **Copaíba**

55. É permitido fazer trilhas na área de ocorrência das copaíbas para facilitar a extração.
56. A árvore para exploração do óleo deve ter no mínimo 1,5 m de circunferência.
57. Não é permitido o uso do machado, terçado e da motosserra para furar a árvore para extração do óleo de copaíba.
58. A extração do óleo de copaíba só é permitida com o uso do trado e do tubo.
59. Após a extração do óleo de copaíba é obrigatório tapar o furo com madeira resistente.
60. O ciclo mínimo para extração do óleo é de 3 anos (novo furo na árvore).

### **Murumuru, uricuri, andiroba e virola.**

61. As áreas de coleta das sementes de oleaginosas são de uso comum, por setor, abertas para pessoas de outros setores somente com autorização do respectivo setor.
62. Não é permitido derrubar a palmeira ou árvore para coleta dos frutos.
63. É permitida a abertura de trilhas para a coleta das sementes.
64. É permitida a limpeza de áreas onde ocorrem as touceiras de murumurus, com o cuidado de não se cortar as plantas jovens.
65. Não é permitida a coleta das sementes que estiverem brotando (germinando).
66. Na coleta das sementes do murumuru devem ser deixadas 20 sementes no chão por palmeira.

### **Açaí, Bacaba, Patauá e Buriti**

67. Não é permitido derrubar a palmeira para colher.
68. É permitida a abertura de trilhas para a coleta dos frutos.
69. Não é permitida a derrubada da palmeira para extração do palmito.
70. Não é permitido coletar os cachos verdes ou com frutos mais ou menos maduros das palmeiras.
71. Só é permitida a retirada dos cachos dos frutos das palmeiras que serão utilizados para consumo e comercialização.
72. Não é permitido coletar os frutos que estão no chão, com exceção para buriti.
73. Só é permitida a derrubada das palmeiras que ofereçam alguma ameaça à segurança de pessoas ou moradias.

### **Troncos das Palmeiras Paxiubinha e Paxiubão para fins de construção**

- 74. Só é permitida a exploração das palmeiras maduras.
- 75. Não é permitida a abertura de estradas para a extração das palmeiras.
- 76. Não é permitido ferir as palmeiras que não forem exploradas.
- 77. Não é permitida a comercialização das palmeiras.

### **Palhas das Palmeiras**

- 78. Não é permitido derrubar a palmeira para a coleta de palhas.
- 79. É permitida a abertura de pique para acesso ao palhal.
- 80. É necessário preservar pelo menos 3 palhas centrais.

### **Cipós para fabricação de utensílios e artesanato**

- 81. Não é permitido retirar cipós verdes.
- 82. Não é permitido derrubar a árvore para explorar o cipó.
- 83. Não é permitida a retirada da mãe do cipó.
- 84. Não é permitido retirar o cipó sem fazer o controle da quantidade extraída.
- 85. Só é permitida a retirada de 7 para cada dez cipós maduros.

### **Arumã para fabricação de utensílios e artesanato**

- 86. Só é permitido retirar troncos de árvores maduras.
- 87. Deve-se deixar no mínimo 3 indivíduos por touceira.
- 88. Deve-se cortar a árvore mais rente ao chão para melhor aproveitamento da casca.
- 89. No caso de retirada de palhas, deve-se deixar pelo menos 3 palhas centrais, retirando apenas as palhas maduras;

### **Madeira para uso comercial**

- 90. A utilização comercial de madeira depende de plano de manejo madeireiro, licenciado pelo órgão competente, e aprovado pelo Conselho Deliberativo;
- 91. A proposta de elaboração de plano de manejo madeireiro deve ser primeiramente aprovada pelo Conselho Deliberativo;
- 92. O conselho deliberativo pode autorizar, a partir de inventário, o aproveitamento de madeiras caídas com finalidade comercial cujos rendimentos devem ser utilizados para fins comunitários, com o devido acompanhamento do órgão gestor, de acordo com a legislação.
- 93. Não é permitida a venda de madeira individualmente.

### **Madeira para auto-abastecimento**

94. A retirada de madeira para auto-abastecimento deve respeitar a legislação vigente e atender os seguintes pontos:
95. A retirada de madeira para construção de barcos, canoas e casas dos moradores deverá ser comunicada com antecedência ao órgão gestor, diretamente ou por meio de monitores, agentes ambientais, entidades parceiras ou conselheiros.
96. É proibida a exploração de seringueiras, mogno, andiroba, copaíbas, pequiá e outras proibidas por lei para fins madeiráveis, exceto após morte natural.
97. É necessária a retirada de cipós das árvores a serem exploradas.
98. Não é permitida a derrubada de árvores com os cipós ambé, titica e timbó-açu.
99. A intensidade de exploração do conjunto das espécies para fins madeiráveis para uso comunitário sem plano de manejo não pode ser superior a 15 m<sup>3</sup>/hectare de madeira em tora, num ciclo de corte de 30 anos [pegar recomendação técnica].
100. As árvores com diâmetro a altura do peito maior que 1,50 metro devem ser deixadas como porta-sementes, a não ser nos casos de planos de manejo, que podem ter normas próprias.
101. É obrigação dos moradores evitar causar danos à vegetação não explorada na derrubada das árvores;
102. É proibido o uso do machado para saber se a árvore tem muito âmago;
103. É proibida a derrubada de árvores ocadas e deve ser feito o teste da motosserra antes da derrubada;
104. As espécies que servem de alimento para a fauna só podem ser exploradas numa razão de 1 para 5;

### **Mel**

105. Cada família poderá retirar no máximo 5 colmeias de meliponea (abelha sem ferrão) da floresta para dar início à meliponicultura, a cada 10 anos.
106. É permitida a coleta de mel de colmeias na floresta somente por pessoas capacitadas pela assistência técnica. [Causa morte da colmeia? Se sim, deve-se proibir]
107. Não é permitido derrubar árvores de madeira-de-lei para retirar mel.
108. Só é permitido vender colmeias multiplicadas para outros moradores da RDS, a não ser que seja autorizado pelo órgão gestor.
109. É necessário identificar a origem do produto (produtor e comunidade).

## **Pesca**

110. A pesca de subsistência nos lagos destinados para manejo da pesca comercial será regulada pelo regimento interno de cada setor.
111. É proibida a retirada de aningais, capim e outra vegetação para “limpeza” de áreas para a pesca.
112. Na pesca de subsistência, não é permitido pescar mais do que o necessário para consumo.
113. É permitida a pesca para subsistência com espinhel, caniço, flecha, tarrafa, arpão, malhadeira (pano de nylon) e linha de mão;
114. É proibida a pesca de batção, furuco e qualquer tipo de bombas e venenos para atividade de pesca, conforme legislação vigente;
115. É proibida a pesca na costa das praias de preservação quando estiver cheio, e próximo aos lagos de preservação.
116. Não é permitido pescar comercialmente nos lagos e/ou igarapés de manutenção, mesmo os peixes da época de barreira.
117. Só é permitida a pesca de barreira no leito do rio Juruá.
118. Na pesca do peixe de barreira no rio Juruá deverá sempre ser utilizada a escolhedeira.
119. A pesca comercial no rio Juruá, na área correspondente a RDS de Uacari deve ser autorizada pelo órgão gestor.
120. É obrigatório informar ao Órgão Gestor as áreas, tipo de pescaria e quantidade/espécie de pescado retirado da RDS de Uacari.
121. Não é permitido o arrendamento de lagos no interior da RDS de Uacari.
122. A passagem de pescadores comerciais da Colônia, não usuários da RDS, pelos lagos/igarapés e paranás de manutenção depende de apresentação à comunidade de autorização da Colônia de uso dos lagos.
123. É obrigatório que o morador da RDS que é pescador comercial tenha a carteira profissional.
124. Deve ser respeitada a legislação vigente de proteção aos peixes e demais organismos aquáticos, principalmente a do período de defeso e tamanho mínimo de captura.
125. É obrigatório que as embarcações para praticar a pesca na RDS de Uacari estejam devidamente regularizadas e documentadas, bem como sua tripulação, exceto canoas e pescadores artesanais.

126. Não é permitido jogar fora peixe morto que foi apanhado durante a pesca;
127. É permitido o uso de até 4 malhadeiras (pano de nylon) por família, com comprimento total máximo de 280 metros.
128. O comprimento das malhadeiras não pode ultrapassar um terço da largura do canal, de acordo com a Legislação Ambiental em vigor.
129. É proibida a pesca comercial em toda a RDS de Uacari no período do defeso, das espécies definidas na portaria IBAMA/Ipaam do ano vigente.
130. É proibida a pesca comercial na época da vazante em todos os lagos, igarapés e paranás.
131. É proibida a pesca comercial de espécies de peixes na época da sua desova em todos os lagos, igarapés e paranás, mesmo que não estejam contempladas na portaria IBAMA/Ipaam referente ao defeso do ano vigente.
132. A produção de pescado da RDS de Uacari deve inicialmente ser comercializada em Carauari e o excedente poderá ser destinado a outros mercados.

#### **Fauna**

133. Não é permitida a caça nas picadas de monitoramento da biodiversidade.
134. Não é permitido caçar por esporte ou profissionalmente.
135. É proibida a caça de filhotes e de fêmeas prenhas ou com filhote de qualquer espécie, quando for possível identificar tal situação.
136. É proibido apanhar as aves e os ovos nos ninhais.
137. É proibida a caça com cachorro nas Zonas de Uso Extensivo e de Preservação.
138. Só é permitido matar os animais que serão consumidos ou quando representarem ameaça à vida humana, aos roçados, lavouras e criações.
139. É proibido o uso de qualquer tipo de armadilha para caçar.
140. É obrigatório a divisão da caça com outros comunitários.
141. Não é permitido comercializar e/ou trocar com pessoas de fora parte ou total dos produtos da caça obtida.
142. É proibida a caça por pessoas de fora da RDS sozinhas ou acompanhadas dos moradores.

**Praias de Tabuleiro, considerando mil metros acima e abaixo da praia, nas duas margens**

143. O monitor responsável pelo tabuleiro deverá sinalizar o limite de mil metros da ponta de cima e de baixo da praia (tabuleiro), exceto em situações autorizadas pelo órgão gestor, quando os limites poderão ser reduzidos.
144. Não é permitida a pesca comercial nas praias de tabuleiro.
145. No período de nascimento dos quelônios, a pesca de arrasto nas praias de tabuleiro só é permitida à respectiva comunidade, com autorização do órgão gestor, aplicação de boas práticas de manejo e acompanhamento dos monitores e agentes ambientais.
146. Não é permitida a pesca de qualquer modalidade nas praias de tabuleiro durante os meses de junho a novembro, exceto no caso acima.
147. Não é permitido parar o barco ou canoa neste trecho, durante o período de desova dos quelônios, exceto os vigias de tabuleiros.
148. Não é permitida a iluminação (luz, fogueiras), perturbação sonora e presença de animais domésticos nas praias durante o período da desova de quelônios.
149. Nas costas das praias de tabuleiros, só são permitidas as plantações tradicionais (existentes), mas o acesso fica restrito ao horário até as 10hs, somente pelas pontas das praias e sem a presença de crianças menores que 12 anos e de animais domésticos.
150. As mesmas regras acima valem para os barrancos localizados em frente às praias de desova.

**7.1.4 Regras para a Zona de Preservação**

**Regras Gerais da Zona de Preservação**

151. A Zona de Preservação é composta pela área da RDS que não foi destinada à Zona de Uso Intensivo e à Zona de Uso Extensivo, consistindo de ecossistemas naturais sem interferência humana.
152. Na Zona de Preservação não é permitida extração dos recursos naturais, somente sendo permitidas atividades de pesquisa, vigilância e fiscalização.

**Regras específicas**

153. São proibidas as atividades extrativistas e a caça, mesmo por populações tradicionais.

154. O monitoramento deverá utilizar, de preferência, técnicas remotas de mensuração.
155. A pesquisa ocorrerá exclusivamente com fins científicos, e utilizando métodos de baixo impacto.
156. A fiscalização será eventual, em casos de necessidade de proteção da Zona contra quaisquer formas de degradação ambiental.
157. Não são permitidas instalações de infraestrutura, exceto se comprovadamente necessárias à proteção da UC.
158. O tráfego de veículos e embarcações motorizados nesta zona é restrito às atividades de proteção da UC e em situações de emergência.
159. Os resíduos sólidos gerados por ocasião das atividades desenvolvidas nesta zona deverão ser retirados pelos próprios usuários e transportados para um destino adequado.

#### 7.1.5 Regras para a Zona de Amortecimento

160. Na Zona de Amortecimento as atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente devem ser licenciadas após consulta ao órgão gestor da RDS de Uacari.